

Planilhas provam pagamento imoral

Tariflávio desaba por traír Brasil e mamar no cofre de Vorcaro



Gleisi pede punição para Flávio e Eduardo por sabotagem contra o PIX
A ex-ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, deputada e pré-candidata ao Senado no Paraná, considera “nojento ver a disposição dos Bolsonaro de servir aos interesses americanos”, como nos ataques dos Estados Unidos contra o PIX, e disse que eles “precisam ser contidos e punidos, para o bem do Brasil e do povo brasileiro”. **Página 3**

HORA DO POVO
ANO XXXVI - Nº 4.052 10 a 16 de Junho de 2026

1 REAL BRASIL
Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Povo não perdoo quem conspirou com Trump por tarifaço e contra o PIX
O ministro Kassio Nunes Marques, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), resolveu proibir a divulgação da pesquisa Atlas/Bloomberg, que registrou o desmoronamento da candidatura de Flávio Bolsonaro e o avanço de Lula, depois do áudio do bolsonarista pedindo dinheiro ao dono do Master. A queda se acentuou depois dos bolsonaros terem oferecido o PIX a Trump e pedido mais tarifas contra o Brasil. Vorcaro pagou o dinheiro pedido por Flávio em seis parcelas totalizando US\$ 10,6 milhões (equivalentes a R\$ 64 milhões), conforme documentos divulgados pelo Intercept Brasil. **Página 3**

Torcida decora as ruas e conta as horas para estreia do Brasil



Marcelo Camargo - Agência Brasil

A torcida resolveu entrar em campo! Enquanto o técnico Carlo Ancelotti ainda tem dúvidas sobre a escalação da Seleção, nas ruas do Brasil o torcedor entrou com toda a certeza no jogo: camisa da Seleção, rua decorada, telões sendo armados, e aquela ansiedade no ar, das horas que não passam, até a estreia no sábado contra o Marrocos. Às vésperas da Copa do Mundo de 2026, uma tradição se mantém em diferentes cidades e bairros do Brasil: a pintura de ruas com o verde e amarelo. **Página 4**

“Reduzir jornada para distribuir a renda”, defende o manifesto das Centrais Sindicais

As Centrais Sindicais enviaram aos senadores manifesto unificado defendendo a urgência da aprovação da PEC 12/2026, que acaba com a escala 6x1, com redução de jornada e sem redução salarial. Para os trabalhadores, é preciso “reduzir a jornada para distribuir a renda, para democratizar o tempo e para melhorar a vida da classe trabalhadora”. **Página 5**

Israel ataca civis no sul do Líbano com bombas de fósforo branco

O exército de ocupação de Israel está usando fósforo branco no sul do Líbano contra a população civil, denunciou o ‘The New York Times’, em artigo. De acordo com o jornal norte-americano e grupos humanitários, os vídeos coletados são a prova de que as forças israelenses estão usando esse armamento incendiário contra áreas povoadas no Líbano. O uso do fósforo branco em áreas com população civil é crime de guerra pela lei internacional. **Pág. 7**

Trump emporcalha Copa do Mundo e deporta melhor árbitro da África



Fifa se cala diante do arbitrio fascista contra delegações, jogadores, juizes e até mesmo torcida dos demais países
O árbitro somali Omar Abdulkadir Artan (foto ao lado), eleito o melhor árbitro da África, escalado pela Fifa para apitar a Copa, foi deportado dos Estados Unidos após ter seu visto negado pelo país. Artan chegou a contar com o suporte da embaixada de seu país, que chegou a oferecer um passaporte diplomático ao árbitro. Um país que se propõe a sediar uma Copa do Mundo não pode fazer o que Donald Trump está fazendo. Ele impediu a entrada de juizes, de dirigentes e humilhou jogadores de seleções que ele despreza. Nem um criminoso lunático e fascista como Adolf Hitler conseguiu fazer isso em 1936. Foi obrigado a seguir as regras olímpicas. **Págs. 6 e 7**

Alckmin: “para governo, setor aeronáutico é estratégico”

O vice-presidente e ministro da Indústria, Geraldo Alckmin, destacou a importância da Embraer para o país e disse que o governo federal tem tomado medidas para impedir que a crise internacional do preço dos combustíveis afete o mercado nacional de aviação. Ele disse que o governo quer impor uma política de estado para o setor para aproveitar ao máximo nossas capacidades na transição energética e biocombustíveis. **P. 2**

Greve geral em Portugal contra ‘pacote do Luis’

Com os manifestantes clamando nas ruas de Lisboa que “O povo não quis/ o pacote do Luis”, Portugal parou na quarta-feira (3) pela segunda vez em seis meses, em uma greve geral pela retirada do malsinado pacote laboral do governo do premiê Luis Montenegro, que agrava o corte dos direitos, aprofunda a precariedade, facilita demissões e enfraquece a negociação coletiva. 77% dos portugueses rechaçam o pacote. **Pág. 7**

Marinha faz campanha em defesa da soberania nacional

Bancos públicos e taxas de juros

“Bancos públicos não devem ter por meta auferir lucros bilionários em seus balancetes, assim como fazem os seus similares da Febraban e da Faria Lima”

PAULO KLIASS*

O processo de privatização da economia brasileira tem início na sequência da transição democrática para superar o período da ditadura militar que se instalou no País depois do golpe de 1º de abril de 1964. Infelizmente, aquele que deveria ser um processo para abrir uma nova etapa de desenvolvimento social e econômico, foi marcado por um grave retrocesso em termos de política econômica e de orientação de um novo projeto de Nação. Sob a hegemonia dos fundamentos do neoliberalismo e dos preceitos do chamado “Consenso de Washington”, a sociedade brasileira acabou por ser engolida por ideias e por políticas públicas voltadas ao atendimento dos interesses do capital financeiro internacional.

Alguns dos principais setores em que o Estado se fazia presente sob a forma de empresas estatais foram desestruturados e entregues à iniciativa privada. Esse processo envolveu a siderurgia, as telecomunicações, a energia elétrica, a petroquímica, os fertilizantes, os portos, as ferrovias, o minério de ferro, os resseguros e os bancos estaduais. Combinado a essa transferência de patrimônio e de responsabilidade do setor público para o setor privado, tem início também uma política rigorosa de austeridade fiscal. Apesar desse perverso processo de redução da dimensão do Estado, alguns setores ainda permaneceram em mãos do governo federal. Esse é o caso, entre outros, dos Correios, da cadeia do petróleo, de empresas isoladas da geração e transmissão de energia elétrica, de empresas localizadas de transportes e dos bancos oficiais federais.

BANCOS PÚBLICOS DEVERIAM SER PÚBLICOS

Assim, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Banco do Brasil (BB), a Caixa Econômica Federal (CEF), o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e o Banco da Amazônia (BASA) foram retirados dos intentos privatizantes e permaneceram sob o controle do governo federal. Na condição de agentes financeiros públicos, essas empresas poderiam desempenhar um papel relevante nos processos de retomada de um projeto de desenvolvimento nacional.

O BNDES chegou a se tornar o maior banco de desenvolvimento do planeta ao longo da década de 2010, superando inclusive a capacidade de empréstimo e financiamento do próprio Banco Mundial em alguns exercícios naquele período. Mas depois do golpeachment contra Dilma Rousseff, o governo Temer optou por reduzir a importância do banco no cenário econômico e obrigou o BNDES a devolver ao Tesouro Nacional os recursos que havia recebido a título de capitalização para fomentar sua capacidade de empréstimo e financiamento. A intenção era claramente impedir o banco de atuar como financiador de programas de desenvolvimento de médio e longo prazos com taxas de juros subsidiados.

Por outro lado, os bancos estatais comerciais mantiveram um comportamento no mercado bancário e financeiro de competir com os oligopólios privados do setor. Ao invés de atuarem como bancos públicos cumprindo com sua função pública, eles foram orientados pelas sucessivas gestões do Ministério da Fazenda a mimetizarem a banca privada, buscando alta rentabilidade e lucros extraordinários. Assim, BB, CEF, BNB e BASA continuaram atuando como seus concorrentes privados, cobrando spreads elevadíssimos em suas operações de crédito e empréstimo, além da imposição junto à clientela de tarifas igualmente elevadas.

Continua: <https://horadopovo.com.br/bancos-publicos-e-taxas-de-juros-por-paulo-kliass/>

*Paulo Kliass é em economia e membro da carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental do governo federal

Marinha lança campanha em defesa da soberania nacional

Foto: Marinha do Brasil



Marinha destaca defesa da Amazônia Azul e das riquezas naturais

Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil



Vice-presidente da República, Geraldo Alckmin destaca a força da Embraer: “setor aeronáutico é estratégico para o governo”

O vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, destacou a importância da Embraer para o país e disse que o governo federal tem tomado medidas para impedir que a crise internacional do preço dos combustíveis afete o mercado nacional de aviação.

Alckmin disse, na 82ª Assembleia Geral Anual da Associação Internacional de Transporte Aéreo (IATA), realizada no Rio de Janeiro, no domingo (7), que o governo Lula quer impor uma política de estado para o setor para aproveitar ao máximo nossas capacidades na área de transição energética e produção de biocombustíveis.

O vice-presidente disse que a aviação regional é vista como um instrumento de integração nacional. Como exemplo, ele citou o programa Ampliar, que busca integrar até 102 aeroportos regionais aos contratos de concessão existentes, com potencial de mais de R\$ 3,4 bilhões em novos investimentos.

Ele destacou a força da Embraer e a elogiou como “um dos três únicos fabricantes do mundo capazes de projetar, certificar e entregar

aeronaves comerciais completas, ao lado da Boeing e da Airbus”, assinalou. A empresa brasileira teve um crescimento de 18% na entrega de aeronaves em 2025 em relação ao ano anterior.

“Incluimos o setor aeronáutico como um dos setores estratégicos”, afirmou. Para Alckmin, o setor de aviação vive um momento crítico. “O custo do combustível permanece elevado e volátil. As cadeias de suprimento ainda carregam as cicatrizes da pandemia. A pressão por descarbonização é crescente, legítima e urgente. E a escassez de mão de obra qualificada ameaça a capacidade operacional em vários mercados. O tema merece atenção especial”, disse.

Nesse cenário de incertezas e dificuldades, o governo federal zerou a alíquota de PIS/Cofins sobre o transporte aéreo regular de passageiros e reduziu o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre as operações de leasing de aeronaves.

Além disso, o governo Lula incluiu a aviação como área estratégica na Nova Indústria Brasil e aderiu ao acordo da Organização Mundial de Comércio (OMC)

sobre comércio de aeronaves civis, o que “nos coloca ao lado dos grandes produtores da governança do mercado aeronáutico global”.

O transporte de 130 milhões de passageiros em 2025 representa um crescimento de 9,4% em relação a 2024. “Temos uma classe média vigorosa e uma geografia que torna o avião não um luxo, mas sim uma necessidade. A aviação regional é, para nós, um instrumento de integração”, acrescentou.

Geraldo Alckmin ainda destacou que “o Brasil tem vantagem comparativa única na ‘descarbonização da aviação’: somos os maiores produtores de biocombustíveis do mundo”.

“Nossa agroindústria, nossa biodiversidade e nossa capacidade de pesquisa colocam o Brasil em posição privilegiada para liderar o desenvolvimento e a produção de combustíveis sustentáveis de aviação”, disse.

Segundo ele, “o Brasil pode ser para a descarbonização da aviação o que nenhum outro país do mundo pode ser: uma potência verde com capacidade industrial para transformar recurso natural em solução global”.

Em comemoração ao Dia da Marinha – 11 de junho – a Força afirma que o Brasil tem o direito de explorar suas riquezas de forma soberana

A Marinha do Brasil lançou no último final de semana a campanha “Soberania começa no mar”, em comemoração ao Dia da Marinha (11 de junho). Por meio deste slogan, a instituição reforça a importância de fortalecer, com mais recursos, a força armada que contribui para a proteção da Amazônia Azul, dos recursos estratégicos e de interesses nacionais, constantemente sob ameaças externas.

“Ao colocar a soberania no centro, queremos que a sociedade compreenda que a autonomia do Brasil e a proteção de nossas riquezas dependem, necessariamente, de um mar seguro e sob controle”, destacou o diretor do Centro de Comunicação Estratégica da Marinha (CCEM), o vice-almirante Wagner Belarmino de Oliveira. “Ao mostrarmos o que fazemos na Amazônia Azul, transformamos o ‘desconhecido’ em orgulho nacional e consciência marítima. O intuito é fortalecer o laço de pertencimento, mostrando que a Marinha não é apenas uma instituição de defesa, mas uma garantia de que o Brasil pode exercer seus direitos e explorar suas riquezas de forma soberana”, completou.

“A mensagem central é a ênfase do nosso papel constitucional precípua: a Defesa da Pátria. Em um contexto geopolítico mundial cada vez mais instável, o mar reafirma-se como protagonista entre os teatros de operações militares e a artéria vital para a manutenção das linhas de comunicação marítimas de qualquer nação”, disse.

A campanha da Marinha alerta para um cenário internacional cada vez mais complexo, que vem sendo tensionado por agressões militares dos Estados Unidos contra a Venezuela e o Irã, além das sanções comerciais e imposições de tarifas – injustificadas – pelo governo de Donald Trump aos países parceiros comerciais, caso do Brasil, com o fim de submetê-los aos interesses estadunidenses.

Por outro lado, as Forças Armadas se queixam do recente bloqueio adicional de despesas discricionárias de R\$ 22,1 bilhões no Orçamento de 2026, determinado pela equipe econômica do governo, com o fim de cumprir as metas fiscais. Essa medida restringe os gastos com as chamadas despesas discricionárias (não obrigatórias) e obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O Ministério da Defesa foi a pasta que mais teve recursos retidos, R\$ 4,4 bilhões, impactando diretamente os custeios da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

“Aliança com os EUA não tem como objetivo combater facções criminosas. O entreguismo é o preço para voltarem ao poder”, denuncia a deputada federal do PCdoB

“Família Bolsonaro não faz nada pelo Brasil: é entreguismo e ataque à soberania”, diz Jandira

“Aliança com os EUA não tem como objetivo combater facções criminosas. O entreguismo é o preço para voltarem ao poder”, denuncia a deputada federal do PCdoB

A deputada federal Jandira Feghali (PCdoB-RJ) voltou a criticar a atuação “vende-pátria” da família Bolsonaro em conspiração com o governo fascista de Donald Trump.

Em publicação nas redes digitais, a parlamentar afirmou que a aproximação de Flávio Bolsonaro com Trump não tem como objetivo central o combate ao crime organizado, mas sim a construção de condições políticas para o retorno do grupo ao poder para praticar mais crimes.

O chefe da família, Jair Bolsonaro, está condenado, em prisão domiciliar por tentativa de golpe. No planejamento do golpe, conforme provas obtidas pelas investigações, estava assessorado Lula, o vice-presidente Geraldo Alckmin e o ministro do STF, Alexandre de Moraes

“Nada que a família Bolsonaro faz é pensando no Brasil”, escreveu a deputada no X. Na mesma mensagem, ela classificou como “entreguismo” a estratégia de aproximação com Washington e alertou para os riscos à soberania nacional.

“Nada que a família Bolsonaro faz é pensando no Brasil. A aliança com os EUA não tem como objetivo combater facções criminosas como o PCC e o CV. O entreguismo é o preço para voltarem ao poder. O custo para nossa soberania e para os brasileiros é imensurável. E lutaremos para que não seja pago! NUNCA”, afirmou.

Marinha busca ilustrar com a ave fragata a vigilância constante sobre o vasto território marítimo brasileiro, chamado Amazônia Azul, destacando as riquezas do país, como o petróleo brasileiro. Assim como o potencial da Força humana e logístico da Força.

“A fragata acompanha uma linha do tempo das entregas e capacidades desenvolvidas recentemente pela Força, reforçando a mensagem de que a soberania não se improvisa, mas é construída continuamente por meio de investimentos, preparo e presença permanente no mar”, segundo a Agência Marinha de Notícias.

“A mensagem final é de confiança e dissuasão em um futuro incerto, estaremos prontos para nos opor, no mar, a qualquer presença que ponha em risco nossa soberania”, ressaltou o diretor do CCCEM.

A Marinha busca manter os programas de ampliação e modernização da frota naval reforçados no terceiro mandato do presidente Lula. Em abril deste ano, a Armada incorporou à sua esquadra a Fragata Tamandaré (F200), a primeira de um lote de quatro navios do Programa Fragatas Classe “Tamandaré” (PFCT). Resultado da parceria entre a Marinha do Brasil e a Sociedade de Propósito Específico Aguas Azuis, formada pela TKMS, Embraer Defesa e Segurança e Atech, sob gestão da Empresa Gerencial de Projetos Navais (EMGEPRON).

Por outro lado, as Forças Armadas se queixam do recente bloqueio adicional de despesas discricionárias de R\$ 22,1 bilhões no Orçamento de 2026, determinado pela equipe econômica do governo, com o fim de cumprir as metas fiscais. Essa medida restringe os gastos com as chamadas despesas discricionárias (não obrigatórias) e obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O Ministério da Defesa foi a pasta que mais teve recursos retidos, R\$ 4,4 bilhões, impactando diretamente os custeios da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

“Família Bolsonaro não faz nada pelo Brasil: é entreguismo e ataque à soberania”, diz Jandira

“Aliança com os EUA não tem como objetivo combater facções criminosas. O entreguismo é o preço para voltarem ao poder”, denuncia a deputada federal do PCdoB

A deputada federal Jandira Feghali (PCdoB-RJ) voltou a criticar a atuação “vende-pátria” da família Bolsonaro em conspiração com o governo fascista de Donald Trump.

Em publicação nas redes digitais, a parlamentar afirmou que a aproximação de Flávio Bolsonaro com Trump não tem como objetivo central o combate ao crime organizado, mas sim a construção de condições políticas para o retorno do grupo ao poder para praticar mais crimes.

O chefe da família, Jair Bolsonaro, está condenado, em prisão domiciliar por tentativa de golpe. No planejamento do golpe, conforme provas obtidas pelas investigações, estava assessorado Lula, o vice-presidente Geraldo Alckmin e o ministro do STF, Alexandre de Moraes

“Nada que a família Bolsonaro faz é pensando no Brasil”, escreveu a deputada no X. Na mesma mensagem, ela classificou como “entreguismo” a estratégia de aproximação com Washington e alertou para os riscos à soberania nacional.

“Nada que a família Bolsonaro faz é pensando no Brasil. A aliança com os EUA não tem como objetivo combater facções criminosas como o PCC e o CV. O entreguismo é o preço para voltarem ao poder. O custo para nossa soberania e para os brasileiros é imensurável. E lutaremos para que não seja pago! NUNCA”, afirmou.

A manifestação da deputada Jandira Feghali dialoga com outro episódio que continua produzindo repercussões em Brasília: a traiçoeira atuação de Eduardo Bolsonaro nos Estados Unidos.

O ex-parlamentar responde à ação penal no STF (Supremo Tribunal Federal) sob acusação de atuar com autoridades americanas para pressionar instituições brasileiras e favorecer interesses políticos ligados ao ex-presidente Jair Bolsonaro.

O julgamento está marcado para o próximo dia 16 de junho. Segundo a acusação, ele teria participado de iniciativas relacionadas a sanções contra autoridades brasileiras e ao chamado “tarifaço” sobre produtos nacionais.

A PGR (Procuradoria-Geral da República) sustenta que houve tentativa de constrear autoridades responsáveis por processos que envolvem o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Orlando critica dependência do país às big techs

O deputado federal Orlando Silva (PCdoB-SP) observou que o “Brasil é rico em dados, mas quem controla essa riqueza?”. Segundo o parlamentar, “nossos dados sustentam uma economia global enquanto ainda dependemos de plataformas e infraestruturas estrangeiras”.

“No lançamento do livro Soberania Digital: desafios do presente para o Brasil do Futuro, no IFSP, compartilhei um alerta: ao usar serviços digitais ‘gratuitos’ fornecidos pelas Big Techs, nós nos tornamos o produto”, declarou em suas redes sociais.

Orlando lançou o livro “Soberania digital: desafios do presente para o Brasil do futuro”, que discute as redes sociais, a soberania digital e as big techs no Brasil. O evento foi realizado no dia 21 de maio, no Instituto Federal de São Paulo (IFSP).

Orlando é organizador do livro junto com Renata Mielli, coordenadora do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) e assessora especial da ministra da Ciência e Tecnologia, Luciana Santos, e Ergon Cugler, mestre pela



Deputado federal Orlando Silva

FGV, professor convidado da FESPSP e conselheiro da Presidência da República.

O livro “é uma coletânea de artigos de pessoas especializadas no debate digital”, disse.

“Eu recomendo que cada um de vocês possa ler e conhecer para que seja uma espécie de letramento digital, para que a gente possa dialogar com a sociedade brasileira sobre os temas fundamentais de uma agenda do futuro, de uma agenda que vai impactar a nossa soberania e na autonomia tecnológica do Brasil, que é a garantia para o nosso

desenvolvimento”.

“Final de contas, o mundo hoje é digital, a economia, a sociedade, as relações estão todas intermediadas por redes sociais”, continuou. “Tudo isso é parte do debate que a gente faz, discutindo racismo algorítmico, discutindo misoginia, discutindo estratégias para a autonomia tecnológica do país, discutindo democracia”.

Orlando foi relator do PL de Combate às Fake News.

Leia mais: <https://horadopovo.com.br/orlando-defende-soberania-digital-e-critica-dependencia-do-pais-as-big-techs/>

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br



HORA DO POVO é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto
Rua Mazzini, 177
Cambuci - CEP: 01528-000
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@gmail.com
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto

Redação: fone (11) 2307-4112

E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br

E-mail: comercial@horadopovo.com.br

E-mail: hp.comercial@uol.com.br

Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:

Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679

E-mail: hprj@oi.com.br

Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Mária, sala 708 - CEP 70301-000

Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506

Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480

E-mail: horadopovomg@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317

E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de

Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004

Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603

E-mail: horadopovope@yahoo.com.br

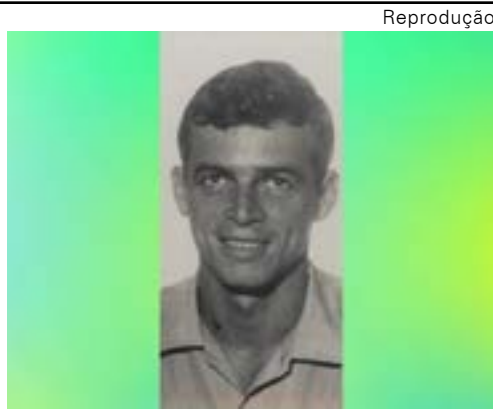
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curio-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande,

Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

www.horadopovo.com.br



Homenagem será no dia 7 de julho UFRJ concederá diploma póstumo a Stuart Angel, assassinado pela ditadura

A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) vai diplomar, no dia 7 de julho, de forma póstuma, o estudante Stuart Angel Jones, assassinado pela ditadura em 1971.

A cerimônia será realizada às 16h30, no Salão Dourado da Universidade, sendo organizada pela Reitoria e pelo Centro Acadêmico Stuart Angel (CASA), do curso de economia.

A irmã de Stuart, Hildegard Angel, explicou que “como tantos outros estudantes naqueles tempos sombrios, ele não pôde concluir seus estudos”.

Stuart Angel era estudante de economia na UFRJ e dirigente do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8), que fez resistência à ditadura militar, pelo retorno do Brasil à democracia.

Ele foi torturado até a morte na base aérea do Galeão, no Rio de Janeiro, em 1971, quando tinha 25 anos. A ditadura tentou, sem sucesso, que Stuart entregasse a localização de Carlos Lamarca.

O caso ficou famoso com as denúncias feitas pela mãe de Stuart, a estilista Zuzu Angel, dentro e fora do Brasil desde o desaparecimento do estudante. Zuzu pedia que tivesse o paradeiro de seu filho informado pela ditadura, o que nunca ocorreu.

Zuzu Angel faleceu em 14 de abril de 1976, aos 53 anos, em um forjado acidente automobilístico na saída do Túnel Dois Irmãos (atual Túnel Zuzu Angel), em São Conrado, no Rio de Janeiro. Seu automóvel foi interceptado por agentes da ditadura e jogado para fora da pista. O fato foi confirmado em depoimento por ex-agentes do regime ditatorial.

Hildegard Angel disse em suas redes que “ainda hoje não temos o corpo, bem como não sabemos com segurança o destino que lhe foi dado – se sem Terra ou se no Mar. Como pista, temos a frase dita por um dos carcereiros, ‘vai virar comida de peixe’”.

“Aquele período de chumbo continua a assombrar nossas vidas e a memória do país, por isso o compromisso de, enquanto vivermos, os familiares dos desaparecidos e mortos, dar continuidade a essa cruzada, que não acaba, em busca de verdade e dos restos mortais”, continuou a jornalista irmã de Stuart.

“Mesmo que apenas a ossada. Quem procura osso não é cachorro. Somos nós, os que ficamos, os que esqueceram de matar”, completou.

Stuart sofreu diversas formas de tortura, como afogamentos, choques e pau de arara. Relato de quem estava preso na base do Galeão diz que Stuart teve sua boca presa no escapamento de um carro e o corpo arrastado pelo estacionamento da base aérea.

Depois, os agentes da ditadura deixaram Stuart agonizando até a morte.

Zuzu também realizou ações e desfiles que citavam o brutal assassinato de seu filho.

Flávio caiu nas pesquisas porque mamou no cofre de Daniel Vorcaro



Flávio prometeu nos EUA vender as riquezas do Brasil para Donald Trump “Flávio e Eduardo articulam contra o PIX. Precisam ser punidos para o bem do Brasil”, afirma Gleisi

A ex-ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, deputada e pré-candidata ao Senado no Paraná, considera “nojento ver a disposição dos Bolsonaro de servir aos interesses americanos”, como nos ataques dos Estados Unidos contra o PIX, e disse que eles “precisam ser contidos e punidos, para o bem do Brasil e do povo brasileiro”.

“Enquanto o Flávio Bolsonaro tenta dizer que o PIX é obra do seu pai, o Eduardo Bolsonaro quer trocar o nosso PIX pelo sistema americano chamado Zelle, como ponto de

negociação para retirar a taxa americana, que eles ajudaram a articular”, escreveu Gleisi em suas redes sociais.

O governo dos Estados Unidos impôs taxas de 25% sobre os produtos brasileiros em um ataque contra o PIX, sistema de pagamento controlado pelo Banco Central do Brasil. Em seguida impôs outra taxa de 12,5% sob alegação de ligação com trabalho forçado.

Apoiador das investidas de Trump, o ex-deputado Eduardo Bolsonaro sugeriu que o Brasil aderisse ao sistema privado norte-americano chamado Zelle.

Marina Ramos/Câmara



Deputada e ex-ministra Gleisi Hoffmann

Líderes partidários denunciam nos EUA a conexão criminosa Flávio-Vorcaro Governo

O grupo de líderes dos partidos da base de Lula que está em missão nos Estados Unidos enviou para parlamentares democratas um pedido para que seja investigada no país a rede financeira de Flávio Bolsonaro e Daniel Vorcaro para a produção do filme “Dark Horse”, sobre Jair Bolsonaro.

Flávio Bolsonaro negociou com Vorcaro o envio de R\$ 134 milhões para que, supostamente, fosse produzido o filme. Já foi confirmado que o dono do Banco Master enviou R\$ 61 milhões.

O dinheiro vindo de fraudes financeiras e roubo de fundos de servidores foi enviado para o fundo Havengate, administrado por um advogado de Eduardo Bolsonaro que mora nos EUA e que seria utilizado no custeio do filme.

Os deputados Jandira Feghali (PCdoB-RJ), Pedro Uczai (PT-SC), Pedro Campos (PSB-PE) e André Janones (Rede-MG), líderes das suas bancadas, pediram aos parlamentares do Partido Democrata dos EUA que o caso seja investigado.

Eles apontam para a existência de um fluxo financeiro que inclui empresas nos Estados Unidos que pode servir

para manter o ex-deputado Eduardo Bolsonaro vivendo no país.

O documento pede que as autoridades dos EUA analisem registros bancários, contratos, comunicações empresariais, estruturas societárias, beneficiários de pagamentos e outros documentos relacionados ao filme Dark Horse, ao fundo Havengate e ao Banco Master.

Segundo o jornal Folha de S.Paulo, a Polícia Federal pretende pedir aos EUA que seja quebrado o sigilo da Havengate Development Fund e da empresa intermediária Entre Investimentos e Participações.

O diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, comentou sobre a necessidade de um inquérito específico sobre esse financiamento de Vorcaro ao filme Dark Horse.

Flávio Bolsonaro tentou esconder sua relação e o dinheiro que recebeu de Daniel Vorcaro, mas o caso foi revelado pelo Intercept Brasil. As mensagens trocadas entre o senador e o banqueiro estão no celular de Vorcaro.

No documento que foi entregue aos parlamentares democratas, os deputados brasileiros citam que o Banco Master foi utilizado como

“A mentira, a falta de caráter e a sabujice são métodos dessa gente traidora e imbecil, como bem classificou o presidente Lula”, continuou.

“O PIX é uma infraestrutura pública brasileira, criada e regulada pelo Banco Central do Brasil. Nunca foi de Bolsonaro, que nem sabia do que se tratava quando foi perguntado sobre o assunto. E o Zelle é um sistema privado, operado por bancos americanos, que cobra taxas”, criticou Gleisi.

A ex-ministra lembrou que foi marcado para o dia 16 de junho o julgamento de Eduardo Bolsonaro no Supremo Tribunal Federal (STF) por coação à Justiça. Eduardo atuou junto ao governo de Donald Trump pela imposição de tarifas contra o Brasil para tentar acobertar seu pai, Jair Bolsonaro, de uma condenação.

Gleisi espera “que os demais processos instaurados e pedidos contra eles sejam agilizados. Precisam ser contidos e punidos, para o bem do Brasil e do povo brasileiro”.

mecanismo de lavagem de dinheiro de facções criminosas como o PCC.

Além disso, levanta a possibilidade de que os recursos de origem ilícita tenham sido utilizados na campanha de Eduardo e Flávio Bolsonaro para que o PCC e o CV fossem considerados organizações terroristas, o que impactaria a cooperação internacional no combate ao crime organizado.

A parlamentar Sydney Kamlager-Doyle, que é copresidente da Bancada do Brasil (Brazil Caucus), disse que “se bancos dos EUA estiverem de alguma forma envolvidos em algo ilegal ou impróprio, o povo americano e o brasileiro precisam saber”.



Os deputados (Reprodução)

Não adianta tentar esconder isso. Todas as pesquisas vão mostrar. Quem vendeu o PIX a Trump e apareceu em conluio com o banqueiro ladrão não merece respeito da população

O ministro Kassio Nunes Marques, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), resolveu proibir a divulgação da pesquisa Atlas/Bloomberg, que registrou o desmoronamento da candidatura de Flávio Bolsonaro e o avanço de Lula, depois do áudio do bolsonarista pedindo dinheiro ao dono do Master. A queda se acentuou depois dos bolsonaros terem oferecido o PIX a Trump e pedido mais tarifas contra o Brasil.

A pesquisa imediatamente mostrou o tombo de Flávio, mas o juiz – indicado por Jair Bolsonaro para o STF – resolveu esconder o resultado da opinião pública. O pleno do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) deve julgar na terça-feira (9) se mantém ou não a decisão individual de Kassio. A pesquisa censurada mostrou o presidente Lula à frente do traidor com mais de dez pontos percentuais de vantagem.

O candidato fascista vinha mentindo ao país – como sempre faz – dizendo que nunca tinha falado com Daniel Vorcaro, dono do Banco Master. Quando apareceu a voz dele num áudio, revelado pelo Intercept Brasil, pedindo R\$ 134 milhões ao banqueiro e oferecendo apoio total e irrestrito ao pilantra e golpista, o Brasil inteiro ficou indignado. A moral de Flávio, que já era baixa, afundou ainda mais.

A coisa piorou quando ele argumentou que não sabia que Daniel Vorcaro era criminoso. Nesta altura já era público o golpe de R\$ 12 bilhões no BRB e outras falcaturas do Master. Mas, Flávio mentiu. Mesmo essa mentira também desmoronou quando veio à público que o senador viajou até São Paulo e foi na casa do banqueiro pedir mais dinheiro quando ele já estava de tornozeleira eletrônica.

Ou seja, ele já sabia com quem estava lidando e para quem estava pedindo dinheiro. É o presidente do PL, partido de Flávio Bolsonaro, Valdemar Costa Neto, ainda confessou, numa entrevista, que Flávio foi mesmo lá na casa de Daniel Vor-

caro buscar o resto do dinheiro que havia sido prometido.

Não bastasse a traição anterior, quando eles aplaudiram o tarifaço, agora, novamente, eles se aliam a Trump contra o Brasil. O país inteiro ficou indignado quando soube que Eduardo Bolsonaro e Flávio admitiram colocar o PIX “na mesa de negociação” com Trump.

O caldo entornou de vez quando os “irmãos metralha”, Flávio e Eduardo, apareceram numa foto em reunião com Donald Trump na Casa Branca na véspera do anúncio de novas tarifas contra os produtos brasileiros e mais ataques ao PIX..

Os EUA querem acabar com o PIX porque ele é gratuito para a população brasileira e isso, segundo a reclamação de Trump, prejudicaria os superlucros obtidos no Brasil com as tarifas cobradas pelos cartões Visa e Mastercard, que são de empresas americanas. “Dudu Bananinha”, não só ofereceu o PIX como apareceu (no vídeo acima) defendendo que empresas brasileiras se mudem para os EUA.

Ou seja, o Brasil inteiro se deu conta de que os irmãos Bolsonaro são traidores, mafiosos, corruptos e foram financiados por dinheiro público roubado por Daniel Vorcaro. Mais do que isso, eles não têm nenhum compromisso com a economia brasileira. Só pensam em ajudar os EUA. Eles ofereceram as terras raras e o PIX para os EUA. São serviços dos americanos e fazem tudo para agradar o chefe da Casa Branca. Em suma, são traidores da pátria.

O resumo de tudo isso é que não adianta proibir pesquisas que mostram o repúdio dos brasileiros aos mentirosos, traidores e salafários. Esta é uma realidade que não pode ser escondida. O Bolsonarismo é isso. Quanto mais eles quiserem esconder o desabamento de Flávio, pior vai ficar para eles.

Nunes Marques deveria se ater à tradição do TSE de garantir a lisura do pleito e o combate às mentiras, ao invés de tentar abafar a realidade que lhe parece desfavorável.

Planilhas e recibos provam pagamentos de Daniel Vorcaro para Flávio Bolsonaro em fundo localizado nos Estados Unidos

Planilhas e recibos bancários provam que Daniel Vorcaro enviou, entre fevereiro e maio de 2025, pelo menos R\$ 61 milhões (US\$ 10 milhões) para um fundo nos Estados Unidos, após negociação com Flávio Bolsonaro.

Os documentos, divulgados pelo Intercept Brasil na terça-feira (9), derrubam qualquer tentativa dos bolsonaristas de negar o caso.

A reportagem publicou uma planilha encontrada em conversas de WhatsApp de Daniel Vorcaro que mostra o planejamento para as “contribuições” que seriam enviadas para Flávio Bolsonaro e o andamento dos pagamentos.

Ao todo, Vorcaro se comprometeu a entregar US\$ 24 milhões (equivalentes a cerca de R\$ 134 milhões em 2025) divididos em 14 parcelas, sendo as duas primeiras de US\$ 2 milhões e o restante de US\$ 1,6 milhão.

A tabela registra que as seis primeiras parcelas foram pagas, totalizando US\$ 10,6 milhões (equivalentes a R\$ 64 milhões). O documento foi enviado por Thiago Miranda a Daniel Vorcaro no dia 7 de agosto de 2025.

Thiago, que intermediou o contato entre Vorcaro e Flávio Bolsonaro, disse: “Duas em atraso e está para vencer a terceira agora em agosto”.

Vorcaro respondeu: “Segunda fazemos duas”, indicando que o pagamento total pode ter sido superior aos US\$ 10,6 milhões confirmados e divulgados em reportagens anteriores.

OUTRA EMPRESA

Logo depois de combinar com Flávio Bolsonaro que lhe

entregaria R\$ 134 milhões, Daniel Vorcaro conversou com seu operador financeiro e cunhado, Fabiano Zettel, sobre os pagamentos.

Em 5 de fevereiro de 2025, Fabiano Zettel deveria realizar o pagamento da primeira parcela, de US\$ 2 milhões, e disse a Vorcaro que estava tentando, mas o “câmbio do Master [está] criando caso... Já envie 1.000 documentos meus”.

Daniel Vorcaro, em seguida, orienta a realizar o pagamento “via entre”, se referindo à empresa Entre Investimentos e Participações, que é controlada por Antônio Carlos Freixo Júnior, o “mineiro”.

A partir disso, é a Entre Investimentos e Participações que assume a tarefa de realizar os pagamentos. Isso é comprovado por um recibo bancário de 13 de fevereiro de 2025 acerca do envio de US\$ 2 milhões dessa empresa para o fundo Havengate, sediado nos Estados Unidos. Esse fundo é controlado pelo advogado de Eduardo Bolsonaro.

Em 12 de março de 2025, Vorcaro pediu a Fabiano Zettel que o ajudasse a controlar a execução dos pagamentos, visto que somente a primeira parcela havia sido paga. Zettel disse que iria “para cima do Mineiro” exigindo os pagamentos.

Outra mensagem obtida no celular de Vorcaro, datada de 28 de janeiro de 2025, registra que Daniel Vorcaro tratava o envio do dinheiro para a família Bolsonaro como prioridade.

Entre outros pagamentos que estavam sendo controlados por Fabiano Zettel, Daniel Vorcaro destacou que “esse é o mais importante disparado. Não pode falhar mais”.

“A pátria dos Bolsonaro não é a brasileira, é a pátria estrangeira”, afirma ex-ministra Simone Tebet

A ex-ministra do Planejamento e pré-candidata ao Senado por São Paulo, Simone Tebet (PSB), fez duras críticas ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e aos filhos dele, especialmente pela trama com o governo dos EUA.

As declarações de Tebet aconteceram em entrevista à BBC News Brasil, quarta-feira (3).

Ao comentar a articulação da família Bolsonaro com o americano Donald Trump e aliados, Tebet afirmou que o comportamento do grupo revela opção política que contraria os interesses nacionais.

“A pátria dos Bolsonaro não é a brasileira, é a pátria estrangeira”, declarou.

Segundo a ex-ministra, a atuação do clã bolsonarista em busca de apoio externo para pressionar instituições brasileiras representa postura incompatível com os interesses da soberania nacional. Para ela, divergências políticas internas devem ser resolvidas no âmbito das instituições democráticas do próprio país, sem interferência estrangeira.

A declaração ganhou ampla repercussão política por atingir um dos pontos mais sensíveis do debate atual: a mobilização internacional promovida por aliados do bolsonarismo em meio às investigações conduzidas pelo STF (Supremo Tribunal Federal) e aos processos que envolvem o ex-presidente e integrantes do grupo político dele.

ESCALA 6X1

Na resposta à pergunta sobre a escala de trabalho, Tebet abordou um dos temas sensíveis e mais relevantes da atual agenda trabalhista brasileira: a reorganização da jornada semanal de trabalho e os impactos do fim da escala 6x1.

A ex-ministra dedicou parte importante da argumentação dela à defesa da redução da jornada de trabalho, posicionando-se de forma clara em favor da mudança.

Copa do Mundo: o Brasil inteiro se pinta com o verde e amarelo

Ruas pintadas, bandeiras nas janelas e mutirões: brasileiros resgatam tradições e entram em clima de Copa do Mundo

Às vésperas da Copa do Mundo de 2026, uma tradição que atravessa gerações volta a colorir ruas e bairros em diversas regiões do Brasil. Moradores têm se organizado para pintar calçadas e vias públicas com as cores da bandeira nacional, desenhando bolas de futebol, taças, bandeiras e símbolos ligados à Seleção Brasileira.

Além das pinturas, bandeiras e enfeites verde-amarelos começaram a ocupar fachadas, postes e janelas, transformando comunidades inteiras em cenários típicos de Mundial. O movimento, impulsionado pela proximidade da estreia do Brasil na competição, tem sido compartilhado nas redes sociais por moradores de diferentes estados do país.

Mais do que uma simples decoração, os participantes afirmam que a iniciativa busca recuperar um sentimento coletivo que marcou gerações de brasileiros durante as Copas do Mundo.

“A ideia era voltar a isso, botar a ideia de comunidade e da criançada pintar”, escreveu um internauta ao compartilhar imagens de um mutirão realizado em seu bairro.

O sentimento é compartilhado por Leandro Santana, morador do bairro do Bixiga, na região central de São Paulo. Ele participou da pintura da rua ao lado de vizinhos e levou o filho para ajudar nos trabalhos.

“A Copa sempre traz bons sentimentos para todos os brasileiros. O sentimento de união, de poder se juntar aos vizinhos cresce demais. Engraçado que este ano todo mundo está indo para a rua lembrando o que fazíamos na infância. Agora é a nossa vez de fazer isso junto com nossos filhos”, afirmou.

O resgate dessas tradições ocorre em um momento em que boa parte das interações sociais acontece no ambiente digital. Ainda assim, milhares de pessoas têm dedicado horas de trabalho voluntário para colorir ruas e organizar atividades comunitárias, mantendo viva uma das manifestações populares mais características do futebol brasileiro.

Em várias cidades, a preparação para o Mundial já mobiliza moradores há meses. Em Recife (PE), por exemplo, a organização começou ainda em dezembro do ano passado.

Bandeiras, pinturas e adornos foram espalhados pelas ruas para marcar a expectativa pela abertura do torneio.

Na comunidade, a preparação virou um verdadeiro trabalho coletivo. Os moradores dividiram tarefas, organizaram mutirões e mobilizaram a vizinhança para garantir que todos os detalhes estivessem prontos antes do início da competição.

Outro exemplo de mobilização ocorreu em Novo Hamburgo (RS), onde moradores produziram uma pintura gigante de Neymar em uma área de aproximadamente 850 metros quadrados. A escolha do atacante ocorreu por ele ser o atual camisa 10 da Seleção Brasileira — número historicamente associado aos grandes craques do futebol nacional — e também o maior artilheiro da história da equipe.

A tradição das ruas decoradas já recebeu reconhecimento internacional. Em edições anteriores da Copa do Mundo, imagens dessas manifestações populares foram destacadas pela Federação Internacional de Futebol (Fifa). Uma fotografia feita pelo fotógrafo Tácio Melo durante a Copa de 2022, mostrando uma rua decorada em Manaus, passou a integrar o acervo do Museu do Futebol, em São Paulo.

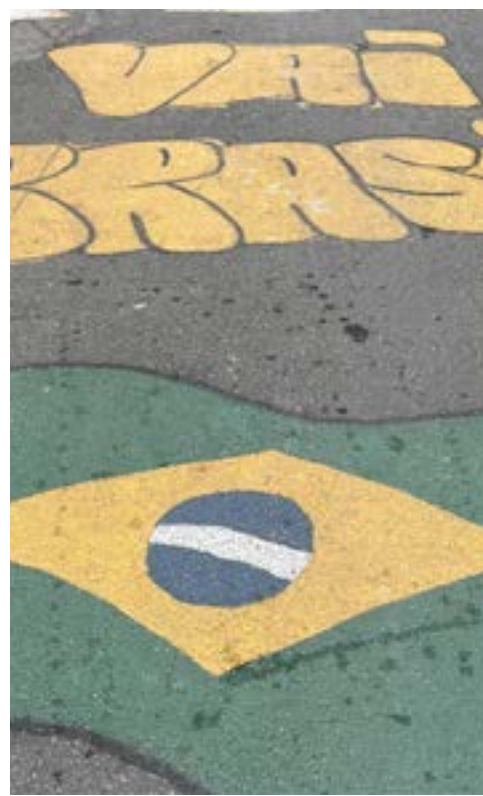
O clima de Copa também aparece nos relatos de torcedores que já iniciaram os preparativos para acompanhar a Seleção Brasileira. Em entrevista recente, a torcedora Natália Pimentel contou que mobilizou vizinhos e familiares para decorar a quadra onde mora.

“A preparação para a Copa do Mundo já começou. Já fomos com as crianças e os vizinhos pintar a bandeira do Brasil, decorar com bandeirinhas a quadra que nós moramos”, relatou.

Enquanto a bola ainda não rola, ruas coloridas, bandeiras tremulando nas janelas e mutirões comunitários demonstram que, para muitos brasileiros, a Copa do Mundo continua sendo um momento de confraternização e pertencimento. Em meio à expectativa pelo tão sonhado hexacampeonato, a competição volta a reunir vizinhos, famílias e amigos em torno de uma tradição que resiste ao tempo e mantém vivo um dos símbolos mais marcantes da cultura popular



Moradores de Brasília se reuniram para decorar a rua para a Copa do Mundo



Em Parelheiros, na zona sul de São Paulo, o clima é de apoio à seleção brasileira

Torcida brasileira homenageia Trump durante jogo contra EUA: “Vai tomar no c*”

O show da Seleção Brasileira Feminina contra os EUA no último sábado (6), na Neo Química Arena, foi marcado também por um episódio de manifestação do conjunto da torcida. As arquibancadas lotadas renderam homenagens ao presidente daquele país durante a execução do hino nacional, mandando Donald Trump ir tomar naquele lugar.

O coro da torcida brasileira encheu de orgulho àqueles que se opõem às ameaças de Trump contra a soberania brasileira. Vídeos que circulam nas redes sociais mostram torcedores gritando palavras de protesto contra o mandatário norte-americano, em um episódio que rapidamente repercutiu na internet.



Coro ocorreu durante a execução do hino dos EUA

A manifestação popular ocorre em meio ao aumento das ameaças de Trump de taxar em 37% os produtos brasileiros vendidos aos EUA com o objetivo de interferir nas eleições brasileiras. En-

quanto os capachos do clã Bolsonaro se humilham ao mandatário estadunidense celebrando as taxas trumpistas e propondo inclusive acabar com o PIX, a torcida brasileira deu o recado.



Fernanda Montenegro e Marcela Cartaxo em “A Hora da Estrela”

Tela Brasil: Um belo convite para adentrarmos o nosso país

O lançamento do Tela Brasil, no último dia 30, plataforma de streaming pública e gratuita dedicada totalmente ao cinema e audiovisual brasileiro, já pode ser considerada uma das iniciativas mais relevantes do governo brasileiro na área cultural. Não à toa, já nos primeiros três dias de funcionamento atingiu cerca de 300 mil usuários e teve milhões de visualizações, sendo os filmes mais assistidos nesses primeiros dias os belíssimos “A Hora da Estrela”, baseado em romance de Clarice Lispector e dirigido por Suzana Amaral, e “Deus e o Diabo na Terra do Sol”, obra seminal de Glauber Rocha.

Também estão entre os dez mais assistidos até o momento, “Carandiru”, dirigido por Héctor Babenco, o curta “O Orfão”, de Carolina Markowicz, “O que é isso Companheiro”, de Bruno Barreto, o curta-documentário “Tia Ciata”, dirigido por Raquel Beatriz e Mariana Campos, e protagonizado pela escritora Conceição Evaristo, e ainda “Orfeu Negro”, filme ítalo-franco-brasileiro de 1960, dirigido por Marcel Camus, com músicas de Tom Jobim, Vinicius de Moraes, Luiz Bonfá, e Antônio Maria. O longa foi premiado com o Oscar de melhor filme estrangeiro, embora o prêmio tenha ido para a França, por ter como principal financiadora uma produtora francesa.

Essas escolhas sinalizam que o público quer, sim, além do puro e louvável entretenimento, acesso a obras de profundidade, que o preencha de conhecimento e compreensão sobre a nossa história, que suscite questionamentos e sentimentos sobre suas vidas, suas buscas e crença no futuro que queremos.

O acervo, de pouco mais de 500 títulos, traz riqueza, diversidade e qualidade em seu conteúdo, que facilmente seriam encontrados em plataformas comerciais, mesmo àquelas voltadas a temas mais culturais e artísticos.

Senão, onde encontraríamos, na tela caseira de nossa TV em uma noite de feriado, uma sequência de curtas e médias-metragens variando entre 13 a 35 minutos — mas cheios de imagens raras, informações novas, cenas e histórias inspiradoras —, sobre, por exemplo, o médico sanitário Oswaldo Cruz, a escritora Clarice Lispector, o cinegrafista Luiz Thomaz Reis, que documentou as expedições do Marechal Rondon na Amazônia; ou relatos sobre o Maxixe, primeira dança urbana do Brasil, ou sobre a obra imprescindível do pintor Cândido Portinari?

Isto apenas em um primeiro contato com a plataforma e seu conteúdo. Mas somente na categoria acima, a do acervo do MinC (Ministério da Cultura), encontramos títulos sobre o Partido Alto, a Congada, as belezas arquitetônicas e naturais do Rio de Janeiro, ou do Pelourinho, em Salvador, ou sobre os Choros e Chorinhos, a Bossa-Nova, o Cordel e seus cantadores, ou o cinema e o futebol.

Títulos que, nas diversas categorias, incluindo produções infantis e para a juventude, vão muito além dos longas mais conhecidos, das comédias mais populares ou dos que suprem as cotas de tela na TV.

Estão lá indicados e pré-indicados ao Oscar, como “O Grande Circo Místico”, os já citados “A Hora da Estrela” e “O que é isso Companheiro”, “São Paulo Sociedade Anônima”, ou “O Quatrilho”. Nas categorias Brasilidade e Africanidades vemos títulos sobre Elza Soares, Antonieta de Barros — primeira mulher negra eleita deputada no Brasil —, ou ainda documentário sobre o cineasta Sílvia Tendler.

A categoria História e Estética não brinca com praticamente todos os filmes de Glauber Rocha, documentários sobre o primeiro cinema brasileiro e o filme mais antigo do país, ou ainda a comédia clássica “O Homem do Sputnik”, de 1959, dirigido por Carlos Manga, e títulos sobre os estúdios da Atlântida. Preciosidades que devem e precisam ser exploradas e saboreadas por todos os amantes do audiovisual, da arte, da cultura brasileira e do Brasil.

Sobre a ausência de algumas obras relevantes e mais recentes, o fato é que a plataforma, mesmo pública, está submetida ao complexo funcionamento do universo comercial do audiovisual, como direitos de exibição, janelas de lançamento — tempo em que o filme não pode ser disponibilizado antes de passar nos cinemas —, e contratos de exclusividade com estúdios, produtores e redes de cinema ou streamings pagos, o que faz com que filmes mais atuais levem tempo para serem licenciados.

Assim, a expectativa é que, à medida que os contratos de exclusividade de novos títulos forem expirando, mais filmes sejam disponibilizados e a plataforma se torne cada vez mais rica e representativa da nossa cinematografia, da nossa cultura, e do povo brasileiro.

Enfim, o Tela Brasil é um belo convite para adentrarmos o nosso Brasil mais profundo, com a porta aberta e o sentimento de pertencimento, como bem suscitou, com seu questionamento, o presidente Lula: “Por que nós somos assim? Por que nós fazemos assim?”

ANA LUCIA

Mesmo com risco de calote, Cedae aplicou R\$ 91,2 milhões no banco de Edir Macedo na gestão Castro

A Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae) realizou aportes que chegaram a R\$ 91,2 milhões no Banco Digimais, instituição controlada pelo bispo Edir Macedo, durante a gestão do então governador Cláudio Castro. As operações foram conduzidas por Antonio Carlos dos Santos, indicado por Castro para comandar a Diretoria Financeira e de Relações com Investidores (DFI) da estatal. Santos assumiu o cargo em junho de 2025, poucos meses após atuar como assessor-chefe do gabinete de Castro no Palácio Guanabara. Na Cedae, passou a ser responsável pela assinatura de contratos e pela definição dos investimentos financeiros da companhia. Antes dos aportes no Digimais, ele já havia sido o principal responsável pela aplicação de mais de R\$ 200 milhões da estatal no Banco Master.

Cedae enfrentava incertezas relacionadas aos investimentos feitos no Banco Master. Em parecer emitido em 4 de junho daquele ano, Santos aprovou um aporte de R\$ 35 milhões no Digimais. O investimento previa rendimento de 106% do CDI e prazo de resgate de 180 dias, sem liquidez diária. A recomendação foi elaborada pelos assessores Hedmilton Mourão Cardoso, Magno Neves Fonseca e Mauro Luis Marques, os mesmos que participaram das análises envolvendo o Banco Master. O documento técnico defendia a operação afirmando que “A referida emissão constitui oportunidade atrativa para a Cedae, desde que o volume alocado seja inferior a R\$ 40 milhões, valor de limite que conta com a garantia especial do Fundo Garantidor de Créditos (FGC)”. Dois meses depois, em agosto de 2025, uma nova operação foi autorizada. Desta vez, a recomendação foi para investir mais R\$ 25 milhões em um CDB com prazo de um ano e rentabilidade de 109% do CDI. Os recursos seriam retirados de um fundo administrado pelo Itaú. Os aportes foram viabilizados após alterações na política de investimentos da companhia. Segundo apuração interna, mudanças seriam promovidas por Santos reduziram as exigências mínimas de classificação de risco para

determinadas instituições financeiras. Antes, a Cedae exigia nota mínima A-. Após a mudança, passaram a ser aceitas instituições com classificação BBB-, exatamente o patamar atribuído ao Digimais pelas agências Fitch e Moody’s. As novas regras permitiam que até 10% da carteira financeira da estatal fosse aplicada em bancos com essa avaliação. Depois dos problemas enfrentados pelo Banco Master, o Digimais foi a única instituição com esse perfil a receber recursos da companhia. A situação financeira do banco de Edir Macedo se deteriorou ao longo dos meses seguintes. Em janeiro de 2025, o religioso anunciou a venda da instituição para Maurício Quadrado, ex-sócio de Daniel Vorcaro no Banco Master, por R\$ 800 milhões. O negócio, entretanto, foi abandonado em abril. Considerada uma saída importante para o banco, a operação fracassou em meio ao agravamento dos indicadores financeiros da instituição, levando Macedo a injetar mais de R\$ 700 milhões no negócio. Apesar desse cenário, os investimentos foram mantidos. Em 24 de fevereiro de 2026, uma reunião extraordinária do Comitê de Auditoria da Cedae discutiu especificamente os riscos relacionados ao Digimais. A ata registra que os integrantes do colegiado destacaram

“os pontos negativos e de riscos de cada instituição financeira onde a Cedae possui investimentos. Diante disso, foi solicitado ao time técnico a conclusão sobre tais investimentos, inclusive a possibilidade de realocação para instituições com melhor rating”. Naquele momento, a companhia já havia contratado auditoria independente para analisar sua situação financeira. Durante a reunião, foi informado que a estatal buscava resgatar os valores investidos no Digimais, embora não tenha ficado esclarecido por que os recursos ainda não haviam sido recuperados. Mesmo diante das preocupações levantadas, uma nota técnica produzida pela DFI em 13 de março de 2026 recomendou a manutenção das aplicações. O documento classificava o cenário do banco como “negativa”, apontando “reversão para lucro semestral, melhora de Basileia; prejuízos acumulados e forte dependência de depósitos a prazo”. Ainda assim, concluiu que “há mitigantes de risco que levam à recomendação da manutenção das atuais posições”. Segundo a diretoria financeira da estatal, o principal fator de proteção era a cobertura do FGC para aplicações de até R\$ 40 milhões. Naquele período, a Cedae mantinha aproximadamente R\$ 39 milhões investidos no Digimais.

'Reduzir a jornada para distribuir a renda', defendem Centrais Sindicais

Centrais enviam Manifesto ao Senado Federal, que analisa projeto que põe fim à escala 6x1

Nesta semana o Senado Federal inicia a análise da PEC 12/2026, que acaba com a escala 6x1, com redução de jornada e sem redução salarial. Diante de ameaças de entraves à tramitação e até mesmo projetos que caminham no sentido contrário ao da redução da jornada – como o que permite jornada 7x0 e pagamento abaixo do salário mínimo – as Centrais Sindicais enviaram aos senadores manifesto unificado defendendo o projeto e a urgência da aprovação. Confira a íntegra a seguir:

Reduzir a jornada para distribuir a renda, para democratizar o tempo, para melhorar a vida da classe trabalhadora

A jornada de 44 horas semanais foi definida pela Constituição de 1988 e permanece inalterada há quase quatro décadas, apesar dos avanços tecnológicos, da automação e das novas formas de organização do trabalho que ampliaram a produtividade e os lucros das empresas. Esses ganhos não foram compartilhados com os trabalhadores por meio de salários ou da redução da jornada. Garantir uma jornada de 40 horas semanais, sem redução salarial, e o fim da escala 6x1, com dois dias consecutivos de descanso remunerado, significa reconhecer o descanso como condição essencial para a saúde, a convivência familiar e a qualidade de vida, com desenvolvimento econômico e social.

O Brasil possui condições econômicas para avançar nessa direção. A redução da jornada é um passo importante para distribuir melhor a riqueza produzida, democratizar o tempo e construir uma sociedade mais justa e menos desigual. A PEC 12/2026 representa o oposto dessa proposta: amplia os lucros à custa da superexploração do trabalho e reforça um modelo de desenvolvimento que gera pobreza extrema e mantém o Brasil como um país subdesenvolvido.

Diante disso, as Centrais Sindicais defendem a rápida tramitação e aprovação da PEC 221/2019, nos termos aprovados pela Câmara dos Deputados, em razão de seus impactos positivos sobre a economia, a sociedade e a distribuição da riqueza. A classe trabalhadora não pode mais esperar por uma jornada menos exaustiva. Entre os principais motivos que justificam a aprovação da PEC 221/2019, destacam-se:

Distribui melhor a riqueza gerada no país: entre 2015 e 2021, a participação dos salários no PIB caiu de 35,5% para 31%, enquanto a parcela apropriada pelas empresas e proprietários do capital subiu de 32% para 37,5% (IBGE). A PEC contribui para uma distribuição mais justa da riqueza produzida, ampliando a participação do trabalho nos ganhos econômicos e reduzindo desigualdades.

Colabora para ampliar a produtividade: a produtividade não depende de mais horas de trabalho, mas de trabalhar melhor, com investimento em tecnologia, infraestrutura, inovação e qualificação. Jornadas menores favorecem melhores condições de trabalho, reduzem o absenteísmo e melhoram a saúde dos trabalhadores, contribuindo para ganhos de produtividade.

Garante mais tempo para a qualificação profissional: Entre jovens de até 29 anos, a proporção dos que estudam e trabalham cai de 50% nas jornadas de até 36 horas para apenas 17% nas jornadas de 41 a 44 horas (PNAD/IBGE, 2025). A redução da jornada amplia o acesso à educação e à qualificação profissional, essenciais diante das transformações tecnológicas.

Preserva a saúde do trabalhador e da trabalhadora: Em dez anos, o Brasil registrou 6,4 milhões de acidentes de trabalho, 27,4 mil mortes e 106 milhões de dias perdidos. Apenas em 2025, foram mais de 806 mil acidentes e 3.644 mortes, colocando o país na 4ª posição mundial em acidentes de trabalho. Jornadas excessivas aumentam acidentes, adoecimento e sofrimento mental. A redução da jornada ajuda a prevenir esses problemas e a reduzir

custos para as empresas. Melhora os indicadores e as condições do mercado de trabalho: Enquanto 60% dos trabalhadores formais cumprem jornadas de 41 a 44 horas, cerca de 4,9 milhões de pessoas estão subocupadas por insuficiência de horas. A redistribuição do tempo de trabalho pode ampliar oportunidades de emprego, reduzir a subocupação e melhorar a inserção laboral de milhões de trabalhadores.

Promove igualdade no mercado de trabalho: As mulheres dedicam, em média, 21,3 horas semanais aos cuidados e afazeres domésticos, contra 11,7 horas dos homens. Somando trabalho remunerado e não remunerado, sua jornada total alcança 58 horas semanais, frente a 52,8 horas dos homens, o que contribui para salários mais baixos e reforça desigualdades (agravadas pela PEC 12/2026). A redução da jornada favorece o compartilhamento dos cuidados e reduz desigualdades de gênero, raça e renda.

Melhora a distribuição do tempo de trabalho e de descanso: cerca de 23 milhões de pessoas gastam de 30 minutos a 2 horas para chegar ao trabalho, somando 10h ou 12 horas por dia fora de casa, comprometendo descanso, convivência familiar e saúde (Censo 2022, IBGE). Jornadas menores ampliam o tempo disponível para descanso, convivência familiar, lazer e participação social, especialmente para trabalhadores submetidos a escalas intensivas, como a 6x1.

E o caminho para o desenvolvimento social e econômico: A medida integra um modelo de desenvolvimento que combina crescimento econômico com valorização do trabalho, da saúde e da qualidade de vida. A escolha é entre um modelo voltado à ampliação dos lucros, com a substituição permanente de trabalhadores adoecidos e elevados custos sociais, ou um modelo que concilie crescimento econômico, bem-estar e valorização da vida.

Distribuição do tempo de trabalho com negociação coletiva: a negociação individual da jornada de trabalho ignora a assimetria de poder entre empregadores e empresas, resultando em precarização da jornada de trabalho. A implementação da redução da jornada deve ocorrer por meio da negociação coletiva, respeitando as especificidades dos setores e fortalecendo a proteção dos trabalhadores e a democracia nas relações de trabalho.

As Centrais Sindicais defendem a aprovação da redução da jornada para 40 horas semanais, sem redução salarial, garantindo que os ganhos de produtividade e a riqueza produzida no país sejam compartilhados com os trabalhadores. Defendem também o direito a dois dias de descanso semanal remunerado, preferencialmente aos sábados e domingos, como condição fundamental para a saúde, a convivência familiar, a qualificação profissional e a qualidade de vida.

Reconhecendo a diversidade das atividades econômicas, as Centrais propõem que a implementação das escalas de trabalho ocorra por meio da negociação coletiva, assegurando soluções adequadas a cada setor e proteção aos trabalhadores. Trata-se de uma medida que contribui para a geração de empregos, a redução das desigualdades e a construção de um modelo de desenvolvimento que valorize o trabalho e a vida.

Assinam esse documento:

CUT – Central Única dos Trabalhadores
FORÇA SINDICAL

UGT – União Geral dos Trabalhadores

CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil

NCST – Nova Central Sindical dos Trabalhadores

CSB – Central dos Sindicatos Brasileiros

INTERSINDICAL – Central da Classe Trabalhadora

PÚBLICA



STF derruba idade mínima para aposentadoria especial

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, nesta quarta-feira (3), invalidar a exigência de idade mínima para a concessão da aposentadoria especial de trabalhadores expostos a agentes nocivos à saúde ou à integridade física. A decisão foi tomada em julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) ajuizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), que questionava mudanças introduzidas pela reforma da Previdência de 2019.

A aposentadoria especial é destinada a segurados que exercem atividades sob exposição permanente a agentes químicos, físicos ou biológicos prejudiciais à saúde, como trabalhadores da indústria, mineração, setor elétrico e profissionais da saúde. Antes da reforma, o benefício podia ser concedido após 15, 20 ou 25 anos de atividade especial, conforme o grau de risco da ocupação.

Com a reforma da Previdência, passou a ser exigida também uma idade mínima para a concessão do benefício: 55 anos para atividades com 15 anos de exposição, 58 anos para atividades com 20 anos de exposição e 60 anos para atividades com 25 anos de exposição. As novas regras foram contestadas por entidades representativas dos trabalhadores, que argumentaram que a exigência obrigava os segurados a permanecer mais tempo expostos a condições prejudiciais à saúde.

O relator, Luís Roberto Barroso, acompanhado por Gilmar Mendes, Alexandre de Moraes, Cristiano Zanin e Luiz Fux, votou pela constitucionalidade da mudança. Mas a posição foi vencida pelos votos de Edson Fachin e Rosa Weber, que defenderam a derrubada da idade mínima para a aposentadoria especial. Com posições intermediárias, mas também contrários à nova regra, André Mendonça, Nunes Marques, Dias Toffoli e Cármen Lúcia formaram maioria pela inconstitucionalidade.



Plenária Nacional das Centrais Sindicais que definiu agenda de mobilizações



CTB denuncia 'PEC da Escravidão' de bolsonaristas

Confira abaixo artigo de Adilson Araújo, presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB):

Dia Nacional de Luta pelo fim da escala 6x1 e em defesa da soberania nacional

A classe trabalhadora brasileira enfrenta um momento histórico de forte enfrentamento contra a precarização estrutural da vida. A luta pelo fim da extenuante escala 6x1 não é apenas uma demanda por direitos trabalhistas fundamentais, mas também um pilar central na defesa da soberania nacional contra a ofensiva imperialista que tenta transformar o Brasil em uma colônia de mão de obra barata e esgotada.

Para barrar as manobras que tramitam no Senado Federal contra a PEC 221/19, que reduz a jornada sem redução de salários e acaba com a escala 6x1, é urgente ocupar as ruas de todo o país e construir unitariamente um Dia Nacional de Luta, com greves e manifestações para pressionar o Parlamento e garantir a aprovação da proposta, que já conta com o precioso aval da Câmara Federal.

PEC DOS PATRÕES

O cenário atual expõe a face cruel do capital financeiro e de seus representantes no Congresso Nacional. O senador bolsonarista Rogério Marinho, do PL, que foi o patrono da maldadada reforma trabalhista de 2017, lidera uma nova afronta contra o povo: a chamada "PEC dos patrões", que propõe jornada por hora e a prevalência de acordos individuais sobre acordos co-

letivos, deixando o trabalhador à mercê dos patrões, além de outros retrocessos.

Esta proposta indecorosa surge no Senado como uma manobra direta para esvaziar, distorcer e boicotar os avanços da PEC que põe fim à escala 6x1, amplamente debatida e impulsionada pela pressão popular na Câmara Federal, com forte apoio do presidente Lula.

RETROCESSO

A contraofensiva de Marinho, um inimigo visceral da classe trabalhadora a soldo do capital, tenta blindar o lucro predatório das grandes corporações à custa do adoecimento físico e mental de milhões de brasileiros. A permanência da jornada 6x1 revela o quanto o capitalismo brasileiro insiste em manter estruturas arcaicas de exploração, que nos remetem à herança da escravidão. Enquanto a Proposta de Emenda à Constituição que extingue a escala de trabalho desumana busca aproximar o Brasil de padrões civilizatórios mínimos, a elite econômica tenta nos manter no atraso, acenando com o retorno aos tempos da escravidão.

Convém lembrar que estamos há um século atrás da decisão tomada pelo industrial Henry Ford que ainda na década de 1920 implementou a jornada de cinco dias de trabalho, com dois de folga (5x2), por entender que o descanso era vital inclusive para a produtividade e o consumo. Os resultados foram muito positivos para a economia dos EUA, que evidentemente é muito mais poderosa que a brasileira.

UNIDADE E LUTA

No Brasil de hoje, o Senado tenta andar para trás, agindo contra a evolução histórica



INSS restabelece acordo e Contag volta a auxiliar trabalhadores rurais

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) restabeleceu o acordo de colaboração técnica com a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag).

Com a retomada da colaboração, a entidade volta a assistir trabalhadores rurais e agricultores familiares, especialmente aqueles que vivem em regiões distantes dos centros urbanos e enfrentam dificuldades de acesso às agências do INSS ou limitações no uso de ferramentas digitais.

O acordo permite que a Confederação e sua rede de sindicatos e federações auxiliem na orientação dos segurados, na organização da documentação necessária e no encaminhamento de pedidos de benefícios previdenciários, como Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal, aposentadoria por idade rural, pensão por morte rural, salário-maternidade rural e auxílio-reclusão rural, além de atualizações cadastrais e solicitação de cópias de processos.

O acordo havia sido suspenso após investigação da Polícia Federal ter associado a entidade a

descontos associativos ilegais, o que foi negado pela Contag. Segundo a Confederação, que sempre repudiou qualquer irregularidade, "os descontos são autorizados" e sua atuação "é legítima na defesa das pautas do campo e da agricultura familiar".

O convênio foi retomado após parecer da Advocacia-Geral da União (AGU), que autorizou a retomada dos serviços previdenciários à distância para agricultores familiares. De acordo com a AGU, a proibição só é aplicável quando o acordo envolve transferência de dinheiro, doação de bens ou compartilhamento de patrimônio público, o que não é previsto no acordo firmado com a Contag.

Sendo assim, o INSS concluiu pela "plena legalidade do instrumento" e reativou o Acordo de Cooperação Técnica (ACT) nº 2/2022, que permite à entidade atuar em serviços e operações junto aos beneficiários da Previdência Social. O despacho foi assinado pela presidente do INSS, Ana Cristina Viana Silveira, e publicado no Diário Oficial da União em 1º de junho.



Juiz barrado da Copa por Trump é recebido como herói na Somália



Bebê foi levado envolto em bandeira palestina Bebê palestino é morto no colo da mãe por tropas de ocupação israelenses

Tropas de ocupação israelenses mataram um bebê palestino de sete meses na Cisjordânia e feriram seus pais após abrirem fogo contra o carro da família na região de Hebron, apesar da ordem de parar ter sido atendida.

O bebê Sam Fahd, ficou gravemente ferido, foi evacuado em estado crítico para um hospital, onde veio a falecer. Sam completou sete meses no dia em que foi morto.

O pai, Fahd Abu Haikal, disse que sua esposa estava em estado crítico, com estilhaços próximos ao coração. A família contou a ela que seu filho foi morto pouco antes de ir para as orações fúnebres.

No funeral, o corpo do bebê estava envolto em uma bandeira palestina. Seu pai o carregou. Os homens colocaram o pequeno embrulho aos pés e se curvaram em oração.

BEBÊ DE SETE MESES

Fahd Abu Haikal, que é professor da Universidade de Belém, disse que “uma bala passou por sua mão e atingiu seu filho, Sam, que estava sendo segurado pela mãe no banco de trás”.

Abu Haikal disse que a família, que também incluía o filho de 11 anos do casal e a mãe de Abu Haikal, estava dirigindo por Hebron quando soldados sinalizaram para o veículo parar. Ele disse que ainda era dia e que o soldado que abriu fogo podia ver claramente que os ocupantes eram uma família. “O soldado sinalizou para eu parar. Parei o carro completamente e levantei as mãos no volante. Imediatamente depois, abriram fogo contra o veículo”, relatou.

A Rádio do Exército de Israel informou que um soldado disparou dois tiros contra o veículo, alegando que sentia sua vida em perigo. Declaração posterior das tropas de ocupação alegou que ao ver “um veículo acelerando em sua direção”, um dos soldados “respondeu com tiros únicos em direção ao veículo” e três palestinos teriam ficado “feridos e evacuados para atendimento médico”.

A declaração cinicamente expressou “profunda tristeza por qualquer dano causado a indivíduos não envolvidos”, acrescentando que os fatos estavam “sob análise”.

Abu Haikal repudiou a versão dos assassinos de seu bebê. “O soldado estava a uns 10 metros de mim. Ele me viu, viu minha esposa e as crianças”, disse ao Haaretz. “As janelas não eram fumadas, era pleno dia e tudo estava limpo. Não dá para dizer que ele não viu que era uma família.”

“Parei conforme instruído, e então eles simplesmente atiraram no carro”, acrescentou. “Não havia um posto de controle claro, apenas soldados parados na rua. Parei quando me pediram, e então começaram os tiros”, disse ele.

“O carro estava completamente parado quando ele atirou em nós, não estava se movendo nada. Um bebê de 7 meses morto a sangue frio. Ele não merecia isso”, acrescentou.

“Exijo, se houver alguma consciência, lei, moralidade, que o soldado que disparou os tiros seja responsabilizado por suas ações”, enfatizou Abu Haikal. “Este caso não deve ser encerrado sem uma investigação e sem responsabilidade. Não vou desistir.”

REINCIDENTES

Em março, assassinato análogo foi cometido por tropas israelenses em Tamoun, no vale do Jordão no norte, com soldados abrindo fogo contra um veículo que passava pela vila e matando um casal palestino e dois de seus filhos. As vítimas foram identificadas como Ali Bani Odeh, 38 anos, sua esposa, Waad Bani Odeh, 36, e seus filhos Othman, de seis anos, e Mohammad, de cinco anos.

Segundo o grupo israelense de direitos humanos B'Tselem, soldados retiraram outras duas crianças do veículo, Khaled, de 11 anos, e Mustafa, de oito anos, ambos com ferimentos leves por estilhaços. A organização afirmou que as tropas então submeteram Khaled a um interrogatório violento no local.

B'Tselem disse que os militares inicialmente impediram que ambulâncias chegassem à área e permitiram o acesso de equipes médicas apenas após um atraso. A organização acrescentou que soldados posteriormente confiscaram o veículo da família, que, segundo ela, estava crivado de tiros.

A ONU disse que mais de 1.000 palestinos foram mortos na Cisjordânia e Jerusalém Oriental desde o início da guerra, 240 deles crianças, e 49 mortas este ano.

Soldados israelenses acusados de ferir palestinos raramente são punidos e foram indiciados em menos de 1% dos casos com base em 2.427 denúncias alegando irregularidades entre 2016 e 2024, segundo o grupo israelense de direitos humanos Yesh Din.

Na Faixa de Gaza, bombardeio israelense à Cidade de Gaza queimou vivos 5 membros de uma família que dormiam; no ataque outros quatro palestinos foram mortos. Um idoso, que perdeu a filha e dois netos no bombardeio, denunciou o cessar-fogo como “fraude”: “há mártires todas as noites em todos os lugares em Gaza”.

Em outro ataque em Khan Younis, ao sul, foi morto Mohannad Otham Farwana, de 25 anos, que estava em uma barraca no telhado de sua casa. Ele deveria se casar mais tarde naquele dia, disse seu primo Mohammed Farwana.



Árbitro Omar Artan é aclamado em estádio lotado em Mogadíscio, capital da Somália

Presidente da China visita Coreia Socialista para fortalecer “cooperação e assistência mútua”

O presidente da China, Xi Jinping, e o líder da República Popular Democrática da Coreia (RPDC), Kim Jong Un, anunciaram que a China e a Coreia do Norte devem aprofundar a cooperação entre as duas nações. O líder chinês está em uma visita de dois dias na capital norte-coreana, Pyongyang, a primeira visita do presidente chinês depois de sete anos.

Xi e sua esposa, Peng Liyuan, foram recebidos no Aeroporto Nacional de Pyongyang por Kim e sua esposa, Ri Sol Ju. O líder chinês disse que, depois de sete anos, está muito satisfeito em visitar mais uma vez a cidade de Pyongyang.

A visita de Xi acontece a convite do líder norte-coreano e ocorre próximo do 65º aniversário do Tratado de Amizade, Cooperação e Assistência Mútua China-RPDC, assinado em 11 de julho de 1965, um marco na cooperação e compromisso com a defesa mútua dos dois países socialistas.

“Este ano marca o 65º aniversário do Tratado de Amizade, Cooperação e Assistência Mútua China-RPDC e as relações entre os dois países encontram-se em um novo ponto de partida histórico”, afirmou Xi durante o banquete de boas vindas oferecido por Kim Jong Un, segundo a agência Xinhua. “A partir da perspectiva estratégica do futuro e do destino do socialismo, ambos os líderes concordaram em



Líder coreano Kim Jong un recebe dirigente chinês Xi

aproveitar a tendência geral dos tempos, responder às aspirações compartilhadas dos dois povos, fortalecer os intercâmbios de alto nível, aprofundar a comunicação estratégica, ampliar a cooperação prática, fortalecer os laços entre os povos, promover o desenvolvimento de alto nível das relações China-RPDC, abrir conjuntamente perspectivas mais promissoras para a causa socialista de ambos os países e contribuir para o progresso contínuo da sociedade humana”, acrescentou Xi.

“A realização bem-sucedida do 9º Congresso do PTC este ano traçou planos estratégicos e disposições importantes para o desenvolvimento de longo prazo da causa do Partido e do país, inaugurando um novo período de desenvolvimento abrangente da causa socialista

da RPDC”, disse o líder Kim Jong Un.

O Congresso do PTC (Partido do Trabalho da Coreia) acontece a cada 5 anos e é o órgão máximo do PTC para definir as novas diretrizes da RPDC. O 9º Congresso do PTC aconteceu em 19 a 25 de fevereiro deste ano, reuniu cerca de 5000 delegados e 2000 observadores na Casa da Cultura 25 de Abril, em Pyongyang.

“Como bons vizinhos, bons amigos e bons camaradas, o lado chinês deseja sinceramente que, sob a forte liderança do Comitê Central do PTC, liderado pelo secretário-geral Kim, o povo da RPDC cumpra com sucesso as metas e tarefas estabelecidas pelo 9º Congresso e alcance constantemente novas conquistas na causa socialista da RPDC”, concluiu

“Raúl é Cuba”, afirma o presidente Díaz-Canel na comemoração dos 95 anos do líder revolucionário

Cuba homenageou o ex-presidente e líder revolucionário, Raúl Castro, no seu 95º aniversário, no Teatro Karl Marx, em Havana, ao lado de seu sucessor, Miguel Díaz-Canel, e com a frase “Raúl é Raúl” ecoando diante das vis calúnias assacadas pelo império e seus asseclas, que se traduziram no indiciamento por um tribunal de fãncaria de Miami. Também estavam presentes os principais dirigentes do PC cubano e do governo, as lideranças das organizações sociais e entidades, os chefes das Forças Armadas Revolucionárias e os parentes dos 32 camaradas que tomaram em combate desigual na Venezuela, durante o ataque dos EUA.

A frase “Raúl é Raúl” pegou nas redes digitais e muito além, friso sob aplausos o presidente cubano, “inspi-rada naquela que ele disse muito antes, referindo-se ao Comandante-em-Chefe [Fidel], para destacar os méritos excepcionais de seu irmão de sangue, ideais e batalhas”.

Sobre Raúl, Díaz-Canel enfatizou que ele é “um pilar deste bastião de dignidade e justiça que Cuba continua sendo, enfrentando hoje o mais voraz e implacável dos impérios, sem baixar as bandeiras, sem abdicar de nossos sonhos e sem se render.”

“Viva Cuba livre!, grita o povo das arquibancadas, convocado a



Díaz-Canel felicita Raúl Castro por seu aniversário

repudiar a infâmia das acusações contra Raúl e a punição coletiva criminoso aplicada a toda a população, esse genocídio na forma de bloqueio energético que busca sufocar o país.”

“Os inimigos históricos da nação procuraram humilhar Cuba acusando seu líder, e tudo o que conseguiram foi desencadear a lendária rebelião deste povo que os repudia e condena, enquanto canta felicitações ao General do Exército em um dos aniversários mais celebrados da história.”

ESTADISTA
“Raúl é Cuba, Cuba não deve ser tocada! Não deve ser tocada enquanto houver um único cubano ou cubana digno(a) vivo(a) para servir de escudo onde o inimigo pretende atingir a bala”, disse Díaz-Canel, traçando o perfil do veterano líder revolucionário.

América e o Sul Global”, assinalou, destacando sua estatura de estadista, como em sua efetiva contribuição para a proclamação da América Latina e do Caribe como Zona de Paz. Foi também “o mediador ativo e eficaz das negociações de paz na Colômbia”, que possibilitaram a assinatura do acordo entre as FARC e o governo colombiano. Foi ainda Raúl que, com paciência, sabedoria e discrição, atuou pela normalização das relações entre Cuba e os Estados Unidos, “um caminho interrompido em 2017 por pretextos implausíveis fabricados por segmentos anticubanos que pressionam por um confronto militar, o qual seria dramaticamente custoso para ambos os povos”.

Leia íntegra da matéria em: www.horadopovo.com.br

Depois de longo interrogatório, o árbitro africano Omar Artan ainda ficou detido por várias horas no aeroporto até ser embarcado em um voo de volta

O estádio de Mogadíscio, capital da Somália, lotado, aclamou nesta quarta-feira (10) Omar Abdulkadir Artan, em uma manifestação de apoio ao melhor árbitro de futebol do continente africano no ano passado e que foi impedido, pelo xenófobo e racista governo Trump, de entrar nos Estados Unidos, onde apitaria jogos da Copa do Mundo de 2026, apesar de ter passaporte diplomático, visto válido de entrada nos EUA e fazer parte da lista de 52 nomes da FIFA para a competição.

As homenagens haviam começado no aeroporto, com centenas de pessoas – torcedores, apoiadores, dirigentes esportivos, parlamentares e representantes do governo – saudando Artan. O árbitro convocado pela FIFA foi submetido a 11 horas de interrogatório nos EUA e expulso, sob o pretexto de uma ordem executiva de Trump proibindo a entrada de cidadãos de uma lista de 12 países do Sul Global que inclui a Somália.

Depois do longo interrogatório, o árbitro africano ainda ficou detido por várias horas até ser embarcado em um voo de volta. Com 34 anos, Artan almejava se tornar o primeiro árbitro da Somália a atuar em uma Copa do Mundo.

Ainda no aeroporto, ele agradeceu “ao meu país e ao meu povo pelo apoio”. “Com o incentivo que recebi aqui, sei que vou conseguir mais apoio lá fora”, acrescentou. “Tudo está predestinado. Prometo que vou apitar na próxima Copa do Mundo. Somália, em todos os lugares, eu estou avisando.”

Dirigindo-se aos jovens, Artan os convocou a “defender a honra da Somália. Todos pertencemos à Somália, seja ela boa ou ruim. Essa bandeira é nossa, assim como o passaporte — vamos defendê-la”. Desestruturado pela intervenção norte-americana, o país ainda está em meio a uma guerra civil.

Trump parece ter uma fixação especial com os somalis, tendo, dois dias antes do sorteio da Copa do Mundo, em dezembro de 2025, em função da furiosa operação anti-imigração desencadeada contra Minnesota, estado que possui uma grande comunidade somali, os chamado de “lixo”, acrescentando que “deveriam voltar para de onde vieram”.

“Com a Somália, que mal é um país, você sabe, eles não têm nada. Eles apenas ficam andando por aí matando uns aos outros. O país deles é péssimo e não queremos eles em nosso país”, disse Trump.

Talvez o problema seja

que lá em Mogadíscio os somalis, em 1993, deram um pau homérico nos marines, forçando-os a “go home”, que virou até filme: Falcão Negro em Perigo, de Ridley Scott.

No primeiro mandato, Trump já havia classificado os países africanos e o Haiti como “países de merda” (‘shitholes countries’). Enquanto persegue africanos e imigrantes em geral, Trump liberou neste seu segundo mandato a entrada nos EUA de dez mil “refugiados” brancos sul-africanos, isto é, dez mil racistas que se dizem “vítimas” na ex-terra do apartheid.

RACISMO

A expulsão de um árbitro da FIFA não foi a única truculência do regime Trump nessa Copa que sedia, junto com México e Canadá. Seleções do Senegal e do Uzbequistão foram submetidas a humilhantes revistas ainda na pista do aeroporto, com cães policiais e tudo mais. Pelo andar da carruagem, a Olimpíada de 1936, sob Hitler, vai ser vista como um modelo de moderação em relação à Copa de Trump.

O Irã está proibido de pernoitar nos EUA, teve de mudar sua delegação para Tijuana no México e, nos dias em que joga nos EUA, tem de entrar e sair do país imediatamente após a partida. A cota de 8% de cada país classificado para sua torcida foi acintosamente surrupiada do Irã, em evidente prejuízo de sua seleção.

Há, ainda, a ameaça do czar anti-imigrantes, Tom Homan, de entupir os estádios de agentes do ICE, especialmente em Nova Iorque.

O BAJULADOR

Diante de toda essa arrogância e racismo, também Causa indignação, a subserviência do presidente da FIFA, Gianni Infantino, inclusive sua recusa em defender seu quadro de árbitros diante da xenofobia.

Infantino, que diz ser “contra a politização do esporte”, não achou problema em não excluir Israel, que comete genocídio em Gaza, da disputa da Copa de 2026, depois de ter excluído a Rússia desde 2022 sob a alegação de invasão da Ucrânia.

Subserviência que parece ser à prova de ridículo, a ponto do cartola ter agradado Trump com o “troféu FIFA da Paz”, menos de três meses antes de Trump iniciar, junto com Israel, uma guerra de agressão contra o Irã. Ele se esmerou: “É isso que queremos de um líder — um líder que se importa com o povo”. “Você definitivamente merece o primeiro Prêmio da Paz da FIFA”, completou o sabujo.

Trump é recebido com sonora vaia na final de basquete da Liga NBA

Trump, foi estrondosamente vaiado em Nova Iorque, na noite de segunda-feira, em uma partida de basquete do New York Knicks contra o San Antonio Spurs, no ‘Madison Square Garden’.

Quando a imagem de Trump apareceu na grande tela do estádio durante o hino nacional americano, os torcedores aproveitaram para expressar sua reprovação contra o governo do republicano. Trump é o primeiro presidente americano a assistir um jogo das finais da NBA.

No início o público gritou “USA! USA!”, mas assim que Trump apareceu, por alguns segundos, na imagem do telão, comicamente fazendo uma

saudação militar durante o hino americano, a torcida começou a ruidosamente a vaiá-lo. Quando as câmeras finalmente se voltaram para os jogadores do Knicks, a torcida aplaudiu.

Trump atendeu ao jogo a convite do dono do Knicks, James Dolan, o presidente americano é fã do time, ao contrário de sua torcida que parece não suportar o presidente. Durante a partida, as câmeras voltaram-se mais uma vez para Trump, que parecia ter adormecido. Os Knicks perderam o jogo por 115-111.

“Foi, eu acho, principalmente aplausos”, disse Trump para reporteres depois do jogo, antes de embarcar no avião presidencial. “Foi barulhento e muito entusiasmado”,

Greve geral paralisa Portugal contra pacote da precarização do trabalho

Atendendo à convocação da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP), Portugal parou nesta quarta-feira (3) pela segunda vez em seis meses, em uma greve geral pela retirada do malsinado pacote laboral do governo do premiê Luís Montenegro, que agrava o corte dos direitos, aprofunda a precariedade, facilita demissões e enfraquece a negociação coletiva, o que 77% dos portugueses rechaçam, de acordo com as pesquisas.

Com os manifestantes clamando nas ruas de Lisboa que “O povo não quis/ o pacote do Luís”, a greve responde ao envio do pacote de arrocho à Assembleia da República, estando pautado para o próximo dia 18, com o governo neoliberal se recusando a ouvir a sociedade que exige o recuo. Manifestações também ocorrem no Porto, Braga, Setúbal, Coimbra, Barreiro e Beja, além de centenas de piquetes por todo o país.

O pacote laboral foi denominado cinicamente pelo governo como “Trabalho XXI”, supostamente para “modernizar” as relações trabalhistas e aumentar a “competitividade e produtividade” da economia portuguesa, mas na verdade, como denunciou o secretário-geral da CGT, Thiago Oliveira, um projeto apresentado “com o carimbo do século XXI e medidas do século XIX”. A greve geral contou com o apoio de partidos progressistas, como o Partido Comunista Português (PCP) e o Bloco de Esquerda (BE).

Para analistas, o que o projeto faz é surrupiar direitos já bastante fragilizados durante a ingerência da “Troika” [FMI-BCE-Comissão Europeia] em Portugal na década passada, e apostar numa economia de baixos salários.

Alguns aspectos do pacote são particularmente deletérios. Como o ataque ao pagamento pelas horas extras, com a reforma impondo um banco de horas “individual” – mais duas horas por dia, 10 horas por semana, sem direito a pagamento e “à mercê dos patrões”.

A investida contra a contratação coletiva, através da caducidade automática ao fim de quatro anos e a facilitação das demissões. A contínua subtração do poder de negociação dos sindicatos, com seu corolário de esmagamento de salários e direitos.

A normalização da precariedade, o embaçamento do trabalho, a perpetuação da incerteza e da insegurança, a vida em suspenso. Em suma, um ataque às famílias, aos pais e às crianças, à conciliação entre a vida pessoal e familiar com a vida profissional.

Em suma, enfatizou o secretário-geral da CGTP, o pacote retira aos trabalhadores “aquilo que é um direito seu, o direito a lutar contra as injustiças, o direito a lutar pelos seus direitos e por aquilo que acreditam”.

Em seu balanço da greve, a CGTP destacou a força da mobilização “na indústria, nos serviços, no setor privado e público”, dando os exemplos da adesão na Autoeuropa e no parque industrial, na Bosch, Superbock, Coca Cola, Valorsul, Visteon, Minas da Panasqueira, Ficocables, Fris-mag, Hutchinson, Mitsubishi, Mabera e Euroresinas. Os portos portugueses pararam, assim como as frotas de pesca.

Os serviços ferroviários pararam em todo o país. Também o metrô de Lisboa e os transportes no Porto, Braga, Coimbra e Barreiro. Nos aeroportos, 500 voos foram cancelados. Também o setor financeiro foi afetado, assim como escolas, universidades, hospitais – que só atendiam urgências –, repartições, museus, correios, órgãos da administração local, coleta de lixo e outros serviços públicos.

Segundo o governo e a patronal, a participação foi “residual”.

“REJEIÇÃO DO RETROCESSO SOCIAL”

O secretário-geral do PCP, Paulo Raimundo, considerou a greve geral desta quarta-feira “um sinal de combate e esperança”, que “mostra que é possível derrotar o pacote laboral”. O protesto – acrescentou – constitui “uma clara rejeição do retrocesso social e do aumento da exploração que querem impor aos trabalhadores”.

“Trata-se de uma inequívoca rejeição da tentativa de agravar a insustentável situação de baixos salários, promover os despedimentos sem justa causa, generalizar e perpetuar a precariedade, desregular ainda mais os horários de trabalho, atacar os direitos dos pais e das crianças, a contratação coletiva, o direito à greve, o direito de ação e informação sindical”.

Para Raimundo a greve constitui “um sinal claro de disponibilidade para a intensificação e multiplicação da luta para a derrota do pacote laboral e pela exigência de melhores salários e pensões, condições de vida e de trabalho, de justiça, dignidade e respeito”.

“Face a uma legislação laboral já muito desfavorável aos trabalhadores, o que se impõe é a derrota e o abandono do pacote laboral e avançar com a revogação das normas gravosas que já hoje integram a legislação laboral”, convocou o dirigente.

Considerando que os trabalhadores “fizeram ouvir a sua voz”, Paulo Raimundo diz que a greve “evidenciou a necessidade da ruptura com esta política e este rumo de injustiça e desastre nacional”. O secretário-geral do PCP reafirma que o rumo passa por “aumentar salários, combater a precariedade, valorizar a contratação coletiva, defender e reforçar os serviços públicos, garantir o direito à habitação e os direitos dos pais e das crianças, promover a produção nacional e o investimento público”.

Nem Hitler em 36 conseguiu ser tão asqueroso quanto Trump nesta Copa



Hitler e Trump, dois fascistas que não podiam sediar jogos internacionais



Bombardio criminoso das forças de Israel com armas banidas é noticiado pelo NYT

Israel ataca população libanesa com bombas de fósforo branco banido

O exército de ocupação de Israel está usando fósforo branco no sul do Líbano contra a população civil, denunciou o ‘The New York Times’ em um artigo. De acordo com o jornal americano e grupos humanitários, os vídeos coletados são a prova de que as forças israelenses estão usando esse armamento incendiário contra áreas povoadas no Líbano. O uso do fósforo branco em áreas civis é crime de guerra pela lei internacional.

O fósforo branco é uma substância inflamável, altamente tóxica, semelhante a cera, que entra em combustão em contato com o oxigênio e queima a uma temperatura que pode chegar a mais de 1300 °C e a inalação da fumaça do fósforo branco pode provocar falência nos órgãos e sufocamento.

As chamadas do fósforo branco, uma vez ativo, são difíceis de extinguir. Contato da substância com a pele é violentamente destrutivo e constitui uma emergência médica severa. A substância se inflama espontaneamente ao entrar em contato com o oxigênio, penetra profundamente nos tecidos e continua queimando até ser totalmente consumida.

De acordo com o NYT, trilhas de fumaça do fósforo branco foram avistadas recentemente, em 30 de maio, em Nabatieh, cidade no sul do Líbano com uma população de 40.000 civis.

“Israel está lançando bombas de fósforo branco em áreas civis na aldeia de Arnoun, Nabatieh, no sul do Líbano. Estas são munições proibidas internacionalmente – e Israel está liberando-as contra civis.”

Conforme outras imagens que o NYT verificou, o fósforo branco foi utilizado nas proximidades da cidade costeira de Tiro e perto das cidades de Qlayaa, Khiam e Yohmor em março deste ano.

Mesmo com várias imagens evidenciando o uso

de fósforo branco pelas forças de ocupação, Israel nega o uso dessa substância em violação das leis internacionais.

“Israel está lançando bombas de fósforo branco em áreas civis em Al-Tiri, no sul do Líbano. Estas são munições proibidas internacionalmente, e Israel está usando-as contra civis.”

O artigo apontou que em 2024 um relatório da ‘Human Rights Watch’ documentou o uso do fósforo branco por Israel de forma indiscriminada no Líbano.

Israel também usou fósforo branco contra a população de Gaza em 2009 e contra o Líbano em 1982 e 2006. Só em 2024, Israel usou fósforo branco contra o Líbano mais de 200 vezes.

BEBÊ DE 7 MESES

O bebê de 7 meses, Sam Fahd Abu Haikal, estava nos braços da mãe quando soldados de Israel abriram fogo contra o carro em que ele e sua família estavam, seus pais ficaram feridos. Mesmo com a família palestina obedecendo a ordem dos soldados para parar o veículo, eles abriram fogo.

“Com o coração pesado, um pai de luto abraça e beija seu filho, Sam Fahd Abu Haikal, pela última vez depois que a criança de sete meses foi morta por tiros israelenses em Hebron ontem.”

Na sexta-feira (5), os soldados israelenses abriram fogo contra o carro, na região de Tel Rumeida em Hebron. O bebê ficou gravemente ferido, foi levado ao hospital local, mas não resistiu aos ferimentos.

O exército de Israel formulou a desculpa de que o carro teria acelerado contra os militares, mas o pai do bebê morto,

em uma entrevista para o Haaretz, desmentiu os militares da ocupação.

Fahd Abu Haikal, professor na Universidade de Belém e pai do bebê morto, disse que “uma bala passou por sua mão e atingiu seu filho, Sam, que estava sendo segurado pela mãe no banco de trás”.

“O soldado estava a uns 10 metros de mim. Ele me viu, viu minha esposa e as crianças”, Abu Haikal disse ao Haaretz. “As janelas não eram escurecidas, era pleno dia e tudo estava limpo. Não dá para dizer que ele não viu que era uma família.”

“Parei conforme instruído, e então eles simplesmente atiraram no carro”, disse. “Não havia um posto de controle claro, apenas soldados parados na rua. Parei quando me pediram, e então começaram o tiroteio”.

ABU HAIKAL EXIGE JUSTIÇA

“Exijo e espero, se houver alguma consciência, lei, moralidade, que o soldado que disparou os tiros seja responsabilizado por suas ações. Este caso não deve ser encerrado sem uma investigação e sem responsabilidade. Pelo menos, não pretendo desistir”, disse.

“O incidente é inacreditável”, disse à Reuters, a avó da criança, Firyal Abu Haykal. “Estamos sendo punidos só porque decidimos ficar em nossas casas.”

Em março deste ano, militares israelenses sacaram uma família palestina em Tamoun no noroeste da Cisjordânia. O pai, Ali Bani Odeh, de 38 anos, de mãe, Waad Bani Odeh, de 36 e os dois garotos Othman, de 6 anos, e Mohammad, de 5 anos, foram mortos quando militares israelenses abriram fogo contra o carro em que eles estavam.

Não permitir que seleções durmam nos EUA e expulsar juiz africano é cúmulo da xenofobia. Mas quem apoia massacre de crianças em Gaza deve achar normal expelir seu racismo para o mundo

Um país que se proponha a sediar uma Copa do Mundo não pode fazer o que Donald Trump está fazendo. Ele impediu a entrada de juizes, de dirigentes e humilhou jogadores de seleções que ele despreza. Nem um criminoso lunático e fascista como Adolf Hitler conseguiu fazer isso em 1936. Foi obrigado a seguir as regras olímpicas.

Trump mandou tudo às favas. O juiz Omar Artan, da Somália, um dos melhores juizes da África, convidado pela Fifa para apitar jogos da Copa, foi simplesmente expulso dos Estados Unidos sem nenhuma justificativa plausível. O juiz viu o seu sonho de apitar uma Copa do Mundo ser destruído pelo racismo e pela arrogância do atual governo dos EUA. Foi obrigado a voltar para a Turquia, de onde havia partido, depois de mais de 11 horas de interrogatório.

Pior ainda foi o comportamento do presidente da Fifa, Gianni Infantino, que não só não protestou contra a expulsão de seu juiz, como justificou a atitude arrogante e supremacista do governo americano. Trump já havia se dirigido aos somalis como porcos, lixos e fedidos. Infantino não disse nada porque o governo Trump não demonstrou o mesmo desrespeito com seleções e juizes europeus.

O governo americano deixou jogadores de Senegal na pista do aeroporto e os revistou ali mesmo. Um desrespeito descomunal. Segundo relatos, os atletas foram revistados antes

mesmo de deixarem a área de desembarque. Nas imagens, agentes de segurança utilizam detectores de metal e realizam inspeções individuais. Até os sapatos dos integrantes da delegação foram checados.

O mais vergonhoso foi o que Trump está fazendo com a seleção do Irã. Incomodado com a surra que está levando no Estreito de Ormuz, ele resolveu descarregar seu ressentimento sobre os atletas e torcedores iranianos. Não permitiu que a seleção iraniana durma em território americano, mesmo que o Irã tenha que jogar as três partidas iniciais dentro dos EUA. Um absurdo completo.

Mas, não ficou por aí o descalabro. Ele proibiu que a torcida de iranianos, que reside nos EUA, compareça ao estádio. A regra da Fifa dá a cada seleção 8% dos ingressos em cada jogo para distribuir ou vender aos seus torcedores. Trump simplesmente vetou a entrega desses 8% para a torcida iraniana. É óbvio que isso não poderia acontecer para que a disputa possa ter um mínimo de equilíbrio.

A seleção do Irã ficará sediada no México e será prejudicada por mais deslocamentos, para entrar e sair dos EUA, a cada jogo. Esse tipo de restrição revela uma atitude incompatível com competições desse tipo. Que sirva de exemplo para evitar que governos racistas e arrogantes como este não possam mais sediar torneios internacionais. Mas, por outro lado, também poderá ocorrer nos EUA o mesmo que ocorreu na Alemanha de 36. O negro Jesse Owens desmoralizou o supremacista de plantão.

SÉRGIO CRUZ

Prefeito de NY condena Trump por vetar entrada de árbitro africano nos EUA

O prefeito de Nova Iorque, Zohran Mamdani, condenou o governo Trump pela forma como está tratando a Copa do Mundo de futebol, apontando para restrições a viagens através de negativas de vistos de entrada na América, impedimento de pernoite no país e ainda interrogatórios em aeroporto.

As declarações mais recentes de Mamdani aconteceram depois de tomar conhecimento da negativa de visto de entrada ao juiz africano Omar Artan, premiado como melhor árbitro do seu continente em 2025. Ele havia recebido um passaporte diplomático expedido pela embaixada da Somália, mas foi obrigado a voar de volta ao desembarcar nos EUA.

O prefeito de Nova Iorque também denunciou que o governo Trump pretende elevar o número de agentes do órgão dedicado à perseguição de imigrantes, o ICE.

Foi o que informou Josh Wingrove, jornalista da Bloomberg News. O coordenador da famigerada agência, Tom Homan, também admitiu o mesmo em sua entrevista, nesta segunda-feira (8), para a Fox News: “Vocês verão mais agentes do ICE em Nova Iorque do que jamais viram. Isso está vindo. Eu acabo de revisar um plano operacional”.

Wingrove prevê elevação da tensão durante os jogos da Copa, durante a qual se espera “atrair milhares de visitantes do exterior”, especialmente para Nova Iorque, onde se realizarão diversas partidas, inclusive a final.

Zohran Mamdani observou que o “futebol não existiria nos Estados Unidos sem os imigrantes. Imigrantes jogam e treinam os times, trabalham nos estádios, lotam as barracas de venda e fazem celebrações, como esta da Copa do Mundo, possíveis. Seis dos jogadores da seleção nacional masculina

são imigrantes. Não vamos permitir que agentes do ICE, nem ninguém, semeie o medo em nossas comunidades, especialmente neste momento. Como anfitriões dos que vêm do mundo inteiro para nossa cidade, vamos nos colocar, com orgulho, ao lado dos nossos imigrantes e rejeitar estes ataques pelo que eles são: uma tentativa de nos dividir”.

A Fifa confirmou que Omar Artan “estará inabilitado para operar durante da Copa do Mundo de 2026”, se dizendo “informada pelas autoridades de que não haverá mudança do status do Sr. Artan no presente”.

Em uma submissão inaceitável, a direção da entidade que organiza o futebol mundial declarou que “a FIFA não se envolve nos processos de imigração dos países anfitriões, incluindo a entrega de vistos. De acordo com eventos anteriores da FIFA, é o governo anfitrião quem, em última instância, determina quem recebe visto e quem é admitido em seu país”.

O juiz Artan teve sua entrada negada no Aeroporto Internacional de Miami, apesar de portar passaporte com visto válido. A alegação é de que a Somália – país do qual Artan é natural – é um dos países com viagens aos EUA banidas, por imposição do governo Trump.

Em declaração oficial, a Somália afirma que a decisão do governo norte-americano “mina o compromisso do futebol com o jogo limpo”.

As autoridades da Somália pediram o apoio do “mundo do futebol”.

“Omar Artan está entre os mais respeitados árbitros e merece o apoio de toda a comunidade futebolística”, declarou Clise Aden Abshir, que integra a equipe do Ministério da Juventude e Esportes da Somália. “Negar a ele a entrada nos EUA e impedir que ele apite jogos prejudica não apenas a ele mas mina o compromisso do futebol com o espírito do jogo limpo, com a justiça e o mérito”.

De volta a “Sindicato de Ladrões”: notas sobre arte e moralidade

Um espectador contemporâneo deve entrar na obra sabendo que ela carrega uma camada histórica inseparável de sua produção. É preciso deslocar a discussão do terreno puramente estético para o ético-histórico, sem negar a grandeza cinematográfica de Sindicato de Ladrões

ANDRÉ CINTRA

Desde a semana passada, Sindicato de Ladrões (On the Waterfront, 1954) está disponível na Netflix. É a chance de ver ou rever um dos clássicos mais influentes em todos os tempos. O filme venceu oito Oscars, ajudou a consolidar Elia Kazan como um dos grandes diretores norte-americanos e, devido à atuação seminal de Marlon Brando, virou referência permanente de realismo dramático.

Do ponto de vista estético, poucas obras envelheceram tão bem: a fotografia áspera dos portos em preto e branco, os silêncios tensos, o clima social sufocante, a violência seca das docas – tudo ainda parece moderno. Mais de sete décadas depois do lançamento, seu impacto ainda é enorme.

A trama gira em torno do ex-lutador de boxe Terry Malloy (Brando), que trabalha como estivador e se vê dividido entre a lealdade a um sindicato corrupto e a coragem de testemunhar contra ele. É um filme sobre classe trabalhadora, cumplicidade e silêncio moral. Quem assina o roteiro é Budd Schulberg, parceiro em muitos trabalhos de Kazan.

A conversa no banco traseiro do táxi, entre Terry e seu irmão Charley (Rod Steiger), permanece intacta na história do cinema. A famosa frase “Eu poderia ter sido um competidor, eu poderia ter sido alguém” (“I coulda been a contender, I coulda been a somebody”) nasceu aqui, assim como boa parte do vocabulário do realismo dramático que Hollywood praticaria nos anos seguintes.

Com um desempenho naturalista e contido, Brando mudou a maneira de interpretar no cinema norte-americano. Rod Steiger e Eva Marie Saint, em papéis menores, têm atuações igualmente marcantes. Das 12 indicações do filme ao Oscar, quatro foram para o elenco.

Mas há algo que é preciso saber antes de apertar o play. Quem vai assistir a Sindicato de Ladrões pela primeira vez verá, quase inevitavelmente, duas obras ao mesmo tempo: um clássico absoluto do cinema e um dos filmes politicamente mais controversos do pós-guerra. O longa tenta espelhar a polêmica que cerca o diretor, Elia Kazan, acusado de usar sua obra-prima para justificar uma escolha moralmente condenável e pedir a própria absolvição.

Por isso, um espectador contemporâneo deve entrar na obra sabendo que ela carrega uma camada histórica inseparável de sua produção. É preciso deslocar a discussão do terreno puramente estético para o ético-histórico, sem negar a grandeza cinematográfica de Sindicato de Ladrões.

OS OITO DELATADOS

Em janeiro de 1952, Elia Kazan foi convocado a depor no Comitê de Atividades Antiamericanas (Huac, na sigla norte-americana). Sob a liderança do senador Joseph McCarthy, o órgão promovia uma cruzada anticomunista. Em tempos de Guerra Fria,



qualquer pessoa denunciada ao macarthismo passava a integrar a “lista negra”.

Além da perda imediata de emprego, os acusados enfrentavam dificuldades para viajar, reconstruir a própria vida profissional e escapar do estigma político. Em Hollywood, a simples associação ao comunismo frequentemente equivalia ao fim da carreira – a não ser que o artista se sujeitasse ao comitê.

Entre as primeiras vítimas do macarthismo estavam os chamados “10 de Hollywood”, profissionais que se recusaram a colaborar com o Huac e acabaram presos ou lançados à “lista negra”. “Não me ponham diante da escolha entre desacato a este comitê e prisão ou ser forçado a rastejar na lama para ser um informante”, protestou o ator Larry Parks.

O sistema funcionava pela combinação entre punição e cooptação. Alguns profissionais, depois de perderem contratos, serem presos ou mergulharem no ostracismo, acabaram retornando ao comitê para delatar colegas em troca de reabilitação profissional. Foi o caso dos diretores Edward Dmytryk e Robert Rossen, ambos reintegrados à indústria após colaborarem com o Huac.

Kazan conhecia perfeitamente essa engrenagem. Também havia passado pelo Partido Comunista nos anos 1930, quando dirigia teatro em Nova York. Sua saída da legenda não ocorreu por anticomunismo propriamente dito, mas por conflitos em torno da autonomia artística. A direção partidária buscava aproximar teatro e propaganda conforme os parâmetros do realismo socialista. Segundo o crítico Inácio Araújo, “a ruptura foi violenta, e data daí sua ojeriza ao Partido Comunista” norte-americano.

Em sua primeira audiência pública, o diretor se recusou a dar nomes. Meses depois, porém, voltou voluntariamente ao Huac. Em 10 de abril de 1952, entregou oito ex-colegas do Group Theatre de Nova York: Clifford Odets, Phoebe Brand, Paula Miller, J. Edward Bromberg, Lewis Leverett, Morris Carnovsky, Tony Kraber e Ted Wellman.

AS CONSEQUÊNCIAS

Por décadas, Kazan argumentou que muitos daqueles nomes já eram conhecidos pelos investigadores. Mesmo que isso fosse verdade – e tudo indica que seja –, a máquina persecutória do macarthismo dependia da colaboração de pessoas como Kazan para funcionar. O apoio público de figuras respeitadas dava legitimidade à caça às bruxas.

O caso mais conhecido entre os delatados foi o de



Marlon Brando em “Sindicato de Ladrões”, filme de Elia Kazan (foto: reprodução)

Clifford Odets. Dramaturgo brilhante e um dos nomes centrais do teatro social norte-americano, Odets também acabou colaborando com o comitê para preservar a própria carreira. Escapou da “lista negra”, mas jamais recuperou a força artística e política de seus melhores anos.

O episódio mais trágico envolveu J. Edward Bromberg. Perseguido pelo macarthismo durante anos, ele morreu de ataque cardíaco aos 47 anos em dezembro de 1951, durante o exílio em Londres. Quando Kazan o citou perante o Huac em abril de 1952, Bromberg já estava morto, mas a menção pública de seu nome postumamente consolidava o estigma sobre a família e os colegas que permaneciam vivos.

Os demais delatados tiveram destinos variados, mas igualmente marcados por estigmatização, desemprego e marginalização profissional. O casal Morris Carnovsky e Phoebe Brand foi empurrado para as margens da indústria cultural. Outros desapareceram quase completamente da memória artística norte-americana.

Foi essa colaboração devastadora de Kazan que muitos colegas jamais perdoaram. No ano da delação, um dos grandes filmes do diretor, Uma Rua Chamada Pecado, conquistava quatro Oscars. Dado seu enorme prestígio, Kazan estava em posição muito mais protegida do que a maioria dos convocados pelo Huac.

“UM TRAIADOR”

Kazan chegou a publicar um anúncio de página inteira no The New York Times para defender sua delação. Muitos colegas interpretaram esse gesto como mais uma quebra de solidariedade que carregava um peso simbólico imenso, independentemente do valor “informativo” de seu testemunho. “Foi como se eu descobrisse que meu pai estava dormindo com minha irmã”, disse, certa vez, Rod Steiger.

Houve críticas mais pesadas e diretas. “Elia Kazan é um traidor”, declarou Orson Welles numa entrevista de 1982. “É um homem que vendeu ao

McCarthy todos os seus companheiros numa época em que podia continuar trabalhando em Nova York com salário alto. Depois de vender todo o seu pessoal a McCarthy, fez um filme chamado Sindicato de Ladrões, que era uma celebração do delator.”

Quando Kazan recebeu o Oscar honorário pelo conjunto da obra, em 1999, parte do público se recusou a aplaudi-lo. A cena foi marcante: metade da plateia de pé aplaudindo, metade sentada de braços cruzados, num retrato perfeito da divisão que ele deixou como legado. Os atores Nick Nolte e Ed Harris, por exemplo, ficaram impassíveis.

DA VIDA PARA A ARTE

Não é possível ignorar o histórico de Kazan diante de Sindicato de Ladrões, que foi construído para fazer o espectador torcer pela delação como ato de coragem. O protagonista do filme, Terry Malloy, alter ego inequívoco do diretor, é um herói solitário, que rompe acertadamente o “código de silêncio” para denunciar um sindicato corrupto e violento. Nesse enquadramento, o bem e o mal estão delimitados às claras.

Ao retratar indiretamente a própria colaboração à caça às bruxas como um gesto moralmente virtuoso, Kazan transformou o filme em uma alegoria autojustificadora. Não dá, porém, para usar a engenharia narrativa de Sindicato de Ladrões no caso Kazan. Há mais dissonâncias do que ressonâncias entre o percurso do herói fictício e o do homem de carne e osso.

Na ficção, o sindicato é claramente criminoso, e a delação surge como um ato de coragem cívica. Já fora das telas, muitos dos delatados ao Huac eram artistas e intelectuais de esquerda que foram perseguidos sem nunca terem cometido crimes violentos ou de corrupção sindical.

A tentação de transpor para a vida a lógica binária da ficção foi o equívoco fundamental de Kazan. A vida real não obedece à mesma lógica moral simplificada de muitos filmes – a divisão absoluta entre bem e mal, honestos e corruptos, puros e culpados. Na ficção, esse maniqueísmo pode

funcionar dramaticamente. Na História, há limites.

A arte não pode ser inteiramente separada da biografia de seu criador, especialmente quando o criador usou a própria arte para se absolver de uma escolha moral polêmica. A grandeza de um artista e a falha moral de um homem podem coexistir. Essa tensão é o que torna o caso tão difícil de encerrar.

DISSIDÊNCIA E PERSEGUIÇÃO

Dezenas de profissionais foram silenciados e injustiçados durante o macarthismo. No tribunal da memória coletiva e da justiça social, a defesa da delação em nome da “verdade”, num contexto de paranoia anticomunista e vigilância estatal, foi um erro com consequências reais e dolorosas.

O macarthismo não perseguia crimes, mas opiniões. Nos Estados Unidos dos anos 1940 e 1950, ser comunista não era, por si só, ilegal. Apesar disso, a mera filiação ao Partido Comunista, a participação em reuniões políticas ou a convivência com militantes de esquerda bastava para destruir carreiras. A fronteira entre crime e dissidência foi embaralhada.

Kazan não entregou assassinos, sabotadores ou espões. Entregou pessoas identificadas com uma corrente ideológica que não constitui crime em si mesma. Seus colegas, artistas de esquerda, não eram merecedores da caça às bruxas. Em Sindicato de Ladrões, a delação combate homicídios e corrupção. Na vida real, os alvos do Huac eram, em grande medida, artistas e intelectuais acusados de pensar errado.

É por isso que a defesa de Kazan continua tão frágil. Sua colaboração ajudou a legitimar um mecanismo de perseguição política incompatível com os princípios liberais que os próprios Estados Unidos afirmavam defender. O país se apresentava como defensor da liberdade contra o “totalitarismo soviético”, mas utilizava “listas negras”, intimidação política e delações para silenciar dissidentes.

PARALELOS E DISTINÇÕES

Kazan não está sozinho nesse território em que arte

e biografia se confrontam de maneira incômoda. Richard Wagner, revolucionário na música, também foi um antissemita declarado que influenciou gerações posteriores de nazistas. Leni Riefenstahl produziu filmes visualmente deslumbrantes a serviço do Terceiro Reich. Louis-Ferdinand Céline foi um dos maiores estilistas da literatura do século 20 e, ao mesmo tempo, autor de violentos panfletos antissemitas.

Esses casos iluminam o problema, mas é importante notar onde Kazan difere deles. Enquanto Wagner, Céline e Riefenstahl expressavam visões de mundo pela obra ou punham o talento a serviço de uma causa, Kazan usou um filme para responder a uma decisão concreta e datada de sua própria vida. O diretor transformou a figura do delator em herói moral após colaborar com o Huac.

No filme, no romance e no palco, podemos explorar assassinato, traição e delação sem que ninguém morra ou sofra efetivamente. É por isso que admiramos Macbeth sem validar assassinatos políticos ou O Poderoso Chefão sem concluir que a violência mafiosa é virtuosa. A arte permite habitar o proibido e o contraditório para compreendê-los. Um artista pode imaginar monstros, tiranos, fanáticos e criminosos sem se tornar um deles. Se exigíssemos pureza moral absoluta da criação artística, sobraria pouca arte relevante.

Por outro lado, a vida social exige responsabilidade concreta. Decisões reais produzem vítimas reais. O sofrimento provocado pelo macarthismo, pelo nazismo ou por perseguições políticas não desaparece porque alguém transformou sua versão dos fatos em obra-prima.

Riefenstahl e Céline cruzaram essa linha. Kazan está numa zona mais ambígua: o filme não causou dano direto, mas foi construído sobre um dano real já cometido. A arte pode explorar o mal, a crueldade e a ambiguidade moral, desde que isso não seja álibi. Se um artista age imoralmente e usa sua obra para se absolver, a arte vira cinismo.

AS CONTRADIÇÕES DE UM FILMAÇO

Parte do público se recusou a aplaudir Kazan em 1999 não por confundir arte com vida, mas justamente por distinguir uma da outra e por perceber que ele tentou apagar a distinção a seu favor. Kazan ficou do lado de um mecanismo de exceção que democracias saudáveis deveriam repudiar.

Essa leitura não precisa anular a força artística do filme, mas muda profundamente a experiência de assisti-lo. Sindicato de Ladrões não é uma peça de propaganda tradicional, nem uma obra inocente separada da História. É um grande filme atravessado por uma ferida moral real. Valem para a criação de Kazan as mesmas palavras que o crítico de cinema Luiz Zanin Oricchio usou para resumir o brasileiro Cidade de Deus: “É um filmaço, problemático”.

O espectador ganha muito quando consegue sustentar as duas ideias ao mesmo tempo: o longa é extraordinariamente bem realizado, mas sua dimensão política permanece profundamente desconfortável. Assista ao filme inteiro, com atenção e prazer genuíno. Mas, depois, pergunte-se: se Kazan tivesse feito a mesma obra sem jamais ter colaborado com o Huac, Sindicato de Ladrões seria melhor ou pior?

Publicado originalmente no Portal Vermelho. Reproduzido com autorização do autor.